



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia Civil e Arquitectura

Casas Económicas do Estado Novo Os Bairros Sociais na Covilhã

Paula Cristina da Cruz Abreu

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura

Orientador: Prof. Doutor Michael Mathias

Covilhã, Outubro de 2010

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, antes de mais, ao meu orientador, Professor Doutor Michael Mathias pelo apoio, incentivo, pela disponibilidade prestada.

Gostaria de agradecer, também aos técnicos do Arquivo Municipal que foram incansáveis na ajuda que prestaram.

A todos os amigos, deixo também o meu agradecimento pelo apoio, paciência e pela amizade.

Por fim deixo também um agradecimento à minha família por todo o apoio que me deram.

Sem dúvida, que sem o apoio de todos este trabalho não teria sido possível elaborá-lo.

Resumo

A presente dissertação pretende analisar as habitações sociais promovidas pelo Estado Novo na cidade da Covilhã. Proceder-se-á ao estudo das tipologias arquitectónicas das construções dos bairros e análise dos bairros no contexto urbano.

Pretende-se, ainda, comparar com os restantes bairros da cidade e com outros exemplos de bairros do mesmo programa no país.

A metodologia utilizada será a pesquisa de documentação relacionada com o tema, designadamente livros, dissertações e outras publicações, consulta de documentação de imagens. Proceder-se-á também a um levantamento fotográfico no local.

Palavras-chave

Bairros Sociais, Estado Novo, Habitação, Urbanismo

Abstract

This dissertation intends to analyze the social housing promoted by the Estado Novo in the city of Covilhã. It will proceed to study the architectural legacies of buildings and neighborhoods analysis of neighborhoods in the urban context. The aim is also to compare with other districts and neighborhoods with other examples of the same program in the country. The methodology will be used to search for documentation related to the topic, including books, dissertations and other publications, consult the documentation of images. Proceed will be also a photographic survey of the site

Keywords

Housing projects, Estado Novo, Housing, Urban development

Índice

Agradecimentos	III
Resumo	V
Palavras-chave	V
Abstract.....	VII
Keywords	VII
Lista de Figuras.....	XIII
Capítulo 1	1
Introdução	1
Capítulo 2	2
2.Contexto histórico:	2
2.1 Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM)	2
2.2 O final da Segunda Guerra Mundial	3
2.3 Os planos urbanísticos na Europa.....	3
2.4 Contexto político, social e económico em Portugal.....	4
2.5 Primeiros planos urbanísticos em Portugal	7
Capítulo 3	14
3. A Habitação Social em Portugal:	14
3.1 A habitação social em Portugal nos finais do séc. XIX	14
3.2 A habitação social em Portugal nos inícios do séc. XX.....	18
3.3 A importância de Duarte Pacheco durante o Estado Novo	18
3.4 O Estado Novo e os programas habitacionais	19
3.4.1 O Programa das Casas Económicas.....	20
3.4.2 O Programa das Casas Desmontáveis	23
3.4.3 O Programa das Casas de Renda Económica	25
Capítulo 4	28
4. Enquadramento histórico na cidade da Covilhã:	28
4.1 Enquadramento espaço-temporal	28
4.2 A Covilhã na Pré-História	28
4.3 A Covilhã na Época Romana	29
4.4 A Covilhã na Idade Média	29

4.5 A Covilhã no Renascimento	32
4.6 A Covilhã e a Indústria Têxtil	33
Capítulo 5	38
5. Programas habitacionais do Estado Novo na Covilhã	38
5.1 Os Bairros Sociais Inseridos nos Programas de Habitação.	38
5.2 O bairro dos Penedos Altos e Programa das Casas Económicas	39
5.2.1 Identificação do bairro.....	39
5.2.2 Caracterização do bairro	40
5.2.3 O Bairro dos Penedos Altos - 1ª Fase	41
5.2.3.1 O Bairro dos Penedos Altos - Desenhos técnicos	43
5.2.4 O Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase	46
5.2.5 O Bairro no contexto urbano.....	50
5.3 O bairro da Estação e Programa das Casas de Renda Económicas	51
5.3.1 Identificação do Bairro.....	51
5.3.2 O bairro da Estação - 1ª Fase	52
5.3.2 O bairro da Estação - 2ª Fase	65
5.3.2 O bairro da Estação - 3ª Fase	67
5.3.3 O Bairro no contexto urbano.....	71
6. Comparação dos restantes bairros da cidade da Covilhã da mesma época com os bairros inseridos nos programas habitacionais do Estado Novo	72
6.1 Identificação dos Bairros	72
6.2 O Bairro Municipal (B3).....	72
6.3 O Bairro do Património (B4)	73
6.4 O Bairro da Alegria (B5)	74
6.6 O Bairro do Rodrigo (B6)	75
6.7 O Bairro da Biquinha (B7)	76
6.8 O Bairro 1º de Maio (B8).....	78
6.9 Conclusões.....	78
7. Comparação dos Bairros de Habitação Económica promovida pelo Estado Novo na Covilhã com bairros semelhantes realizados em Portugal.	79
7.1 Conclusões.....	82
8. Considerações finais	83

Bibliografia 84

Lista de Figuras

Fig. 1 Plano de Haussemann, Paris, Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes	4
Fig. 2 Plano de Barcelona, Cerdá Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes	4
Fig. 3 Exposição do Mundo Português, Lisboa Fonte: wikipédia	7
Fig. 4 Áreas afectadas pelo terramoto e incêndios na Baixa de Lisboa Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes	8
Fig. 5 Planta de Lisboa em 1650. Nesta planta é bastante evidente as ruas sinuosas e o traçado irregular Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes.....	9
Fig. 6 Propostas para a Baixa Lisboeta Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes.....	10
Fig. 7 Plano eleito para a Baixa Lisboeta Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes.....	10
Fig. 8 Baixa de Lisboa Fonte: http://www.lisboa-cidade.com	11
Fig. 9 Plano Geral de Melhoramentos, Fonte http://doportoenaoso.blogspot.com	12
Fig. 12 Planta das ilhas na cidade do Porto, Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia	15
Fig. 10 Ilha no Bairro Alexandre Herculano, Porto, Fonte: http://theurbanearth.wordpress.com	15
Fig. 11 Pátio Fiúza, Lisboa, Fonte: www.jf-alcantara.pt/	15
Fig. 13 Alçado geral de uma rua. Entrada para as “ilhas”, Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia	16
Fig. 14 Planta das habitações nas “ilhas” Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia	16
Fig. 15 Corte das habitações nas “ilhas” Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia	16
Fig. 17 Vila Mendonça (Planta de um módulo), Lisboa, Fonte: Prof. Doutora Ana Leonor Tomás, Vazios Úteis - Semanário Estudos Urbanos - ISCTE/Julho 2007, Cidade oculta - vila operária.....	17
Fig. 16 Vila Rodrigues, Lisboa, Fonte: Prof. Doutora Ana Leonor Tomás, Vazios Úteis - Semanário Estudos Urbanos - ISCTE/Julho 2007, Cidade oculta - vila operária	17
Fig. 18. Bairro da Encarnação, segundo momento Lisboa, Fonte: Marques, Inês Maria Andrade	23
Fig. 19 Bairro de Boavista, Lisboa - sala Fonte: http://www.scribd.com/doc/26388478/Bairro-Da-Boavista	24
Fig. 20 Bairro de Boavista, Lisboa, Fonte: http://www.scribd.com/doc/26388478/Bairro-Da-Boavista	24
Fig. 21 Bairro de Boavista, Lisboa - Implantação,Fonte: http://www.scribd.com/doc/26388478/Bairro-Da-Boavista	24
Fig. 22 Bairro de Alvalade, Lisboa, Fonte: http://aen.com.sapo.pt/Nacional/obras.html	26
Fig. 23 Bairro de Alvalade, Lisboa, Fonte: http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=563620	26
Fig. 24 Bairro dos Olivais, Lisboa - Planta, Fonte: http://www.vitruvius.com.br	26
Fig. 25 Bairro dos Olivais, Lisboa, Fonte: http://www.vitruvius.com.br	26

Fig. 26 Bairro de Ramalde, Porto, Fonte: www.infohabitar.blogspot.com	27
Fig. 27 Bairro de Ramalde, Porto, Fonte: www.infohabitar.blogspot.com	27
Fig. 28 Covilhã, vista geral, Fonte: http://commons.wikimedia.org	28
Fig. 29 Carta de Foral, Fonte: http://historia-esfhp.blogspot.com	30
Fig. 30 Limites do concelho da Covilhã, Fonte: http://historia-esfhp.blogspot.com/	31
Fig. 31 Muralhas da cidade da Covilhã, Fonte: http://historia-esfhp.blogspot.com/	31
Fig. 32 Praça do Município - Covilhã, Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	32
Fig. 33 Empresa Transformadora de Lãs, Lda., Covilhã, Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	34
Fig. 34 Real fábrica dos Panos, Covilhã, Fonte: http://mafiadacova.blogspot.com	35
Fig. 35 Fábrica Campo Melo & Irmão, Lda, Covilhã, Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	35
Fig. 36 Caminhos de Ferro, Covilhã, Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	36
Fig. 37 Identificação dos bairros, Fonte: Google Earth	38
Fig. 38 Identificação do bairro, Fonte: Google Earth	39
Fig. 39 Implantação do Bairro, Fonte: Google Earth	39
Fig. 40 Bairro dos Penedos Altos, Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	40
Fig. 41 Igreja do Bairro dos Penedos Altos, Fonte: Paula Abreu	41
Fig. 42 Escola do Bairro dos Penedos Altos, Fonte: Paula Abreu	41
Fig. 43 Bairro dos Penedos Altos, 1ª fase, Fonte: Paula Abreu	42
Fig. 44 Bairro dos Penedos Altos, 1ª fase, Fonte: Paula Abreu	42
Fig. 45 Bairro dos Penedos Altos - Alçado principal, Fonte: Arquivo Municipal	43
Fig. 46 Bairro dos Penedos Altos - Planta, Fonte: Arquivo Municipal	43
Fig. 47 Bairro dos Penedos Altos - Corte, Fonte: Arquivo Municipal	43
Fig. 48 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Posterior, Fonte: Arquivo Municipal	43
Fig. 49 Bairro dos Penedos Altos - Planta, Fonte: Arquivo Municipal	43
Fig. 50 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Principal, Fonte: Arquivo Municipal	44
Fig. 51 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Posterior, Fonte: Arquivo Municipal	44
Fig. 52 Bairro dos Penedos Altos - Corte, Fonte: Arquivo Municipal	44
Fig. 53 Bairro dos Penedos Altos - Planta, Fonte: Arquivo Municipal	45
Fig. 54 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Principal, Fonte: Arquivo Municipal	45
Fig. 55 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Posterior, Fonte: Arquivo Municipal	45
Fig. 56 Bairro dos Penedos Altos - Corte, Fonte: Arquivo Municipal	46
Fig. 57 Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase, 1º momento, Fonte: Paula Abreu	46
Fig. 58 Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase, 1º momento, Logradouro, Fonte: Paula Abreu	47
Fig. 59 Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase, 2º momento, Fonte: Paula Abreu	47
Fig. 60 Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase, 2º momento, Fonte: Paula Abreu	47
Fig. 61 Pormenor cobertura, Fonte: Paula Abreu	48
Fig. 62 Pormenor latada, Fonte: Paula Abreu	48
Fig. 63 Pormenor Janela Lateral, Fonte: Paula Abreu	48

Fig. 64 Pormenor cobertura sobre porta, Fonte: Paula Abreu	48
Fig. 65 Pormenor escada, Fonte: Paula Abreu	48
Fig. 66 Alçado principal, Fonte: Arquivo Municipal	49
Fig. 67 Alçado lateral, Fonte: Arquivo Municipal	49
Fig. 68 Alçado posterior, Fonte: Arquivo Municipal	49
Fig. 69 Planta do piso térreo, Fonte: Arquivo Municipal.....	49
Fig. 70 Planta de localização - B2- Bairro da Estação, Fonte: Google Earth	51
Fig. 71 Identificação das fases do bairro,Fonte: Google Earth	51
Fig. 72 Bairro da estação 1ª fase, Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	52
Fig. 73 Bairro da estação 1ª fase, Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	52
Fig. 74 Bairro da estação 1ª fase, Fonte: Google Earth	53
Fig. 75 Pormenor das barreiras que impedem a entrada no quarteirão, Fonte: Paula Abreu..	53
Fig. 76 Identificação dos diferentes tipos de blocos de habitação, Fonte: Paula Abreu.....	54
Fig. 77 Planta do piso térreo dos blocos do tipo I, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	54
Fig. 78 Planta dos restantes pisos superiores dos blocos do tipo I, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral.....	55
Fig. 79 Alçado dos blocos do tipo I, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	55
Fig. 80 Planta do piso térreo dos blocos do tipo II, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	56
Fig. 81 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo II, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	56
Fig. 82 Alçado dos blocos do tipo II, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	57
Fig. 83 Planta do piso térreo dos blocos do tipo III, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	57
Fig. 84 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo III, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	58
Fig. 85 Alçado dos blocos do tipo III, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral.....	58
Fig. 86 Planta do piso térreo dos blocos do tipo IV, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	59
Fig. 87 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo IV, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	59
Fig. 88 Alçado dos blocos do tipo IV, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	60
Fig. 89 Planta do piso térreo dos blocos do tipo V, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	60
Fig. 90 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo V, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	61
Fig. 91 Alçado dos blocos do tipo V, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	61
Fig. 92 Planta do piso térreo dos blocos do tipo VI, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	62

Fig. 93 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo VI, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	62
Fig. 94 Alçado dos blocos do tipo VI, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	63
Fig. 95 Planta do piso térreo dos blocos do tipo VII, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	63
Fig. 96 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo VII, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	64
Fig. 97 Alçado dos blocos do tipo VII, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral	64
Fig. 101 Identificação do Bairro da Estação - 2ª fase. Fonte: Google Earth.....	65
Fig. 98 Bairro da Estação - 1ª fase, vista da entrada. Fonte: Paula Abreu	65
Fig. 99 Bairro da Estação - 1ª fase pormenor da fachada. Fonte: Paula Abreu.....	65
Fig. 100 Bairro da Estação - 1ª fase, vista geral da fachada. Fonte: Paula Abreu	65
Fig. 102 Pormenor de escadaria de entrada, Fonte: Paula Abreu.....	66
Fig. 103 Bairro da Estação - 2ª fase, Fonte: Paula Abreu.....	66
Fig. 104 Alçado Posterior, Fonte: Paula Abreu	66
Fig. 105 Pormenor de entrada, Fonte: Paula Abreu	67
Fig. 106 Identificação da 3ª fase, Fonte: Paula Abreu	67
Fig. 107 Planta piso 0, Fonte: Arquivo Municipal	68
Fig. 108 Alçado, Fonte: Arquivo Municipal	69
Fig. 109 Alçado, Fonte: Arquivo Municipal	69
Fig. 110 Cortes, Fonte: Arquivo Municipal	69
Fig. 111 Alçado, Fonte: Arquivo Municipal	69
Fig. 112 Bairro da Estação, vista do interior do quarteirão. Fonte: Paula Abreu	69
Fig. 113 Bairro da Estação 3ª fase, Fonte: Paula Abreu.....	69
Fig. 114 Bairro da Estação 3ª fase. Fonte: Paula Abreu.....	70
Fig. 115 Bairro da Estação, vista geral, Fonte Paula Abreu	70
Fig. 116 Bairro da Estação 3ª fase - Entrada principal, Fonte: Paula Abreu	70
Fig. 117 Identificação dos bairros sociais, Fonte: Google Earth	72
Fig. 118 Bairro do Património, Fonte: Paula Abreu.....	73
Fig. 119 Bairro do Património - Arruamento e logradouro, Fonte: Paula Abreu.....	73
Fig. 120 Bairro da Alegria, vista geral, Fonte: Paula Abreu	74
Fig. 121 Bairro da Alegria, fachada principal, Fonte: Paula Abreu	74
Fig. 122 Bairro da Alegria, horta, Fonte: Paula Abreu	74
Fig. 123 Bairro da Alegria, espaço de lazer, fonte, Fonte: Paula Abreu	74
Fig. 124 Bairro do Rodrigo, vista geral. Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	75
Fig. 125 Bairro do Rodrigo, vista geral da escadaria. Fonte: http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/	75
Fig. 126 Escola do bairro. Fonte: Paula Abreu.....	76
Fig. 127 Igreja do bairro. Fonte: Paula Abreu	76
Fig. 128 Logradouro. Fonte: Paula Abreu.....	76

Fig. 129 Moradias dispostas em banda. Fonte: Paula Abreu	76
Fig. 130 Bairro da Biquinha - 1ª fase, Fonte Paula Abreu.....	77
Fig. 131 Bairro da Biquinha - 1ª fase, Fonte Paula Abreu.....	77
Fig. 132 Bairro da Biquinha - 1ª fase, Fonte Paula Abreu.....	77
Fig. 133 Bairro da Biquinha - 2ª fase, Fonte Paula Abreu.....	77
Fig. 134 Bairro da Biquinha - 2ª fase, Fonte Paula Abreu.....	77
Fig. 135 Bairro 1º de Maio. Fonte: Paula Abreu	78
Fig. 136 Bairro 1º de Maio. Fonte: Paula Abreu	78
Fig. 137 Bairro Madre Deus. Fonte: MARQUES, Inês Maria Andrade.....	79
Fig. 138 Fig. 139 Bairro Madre Deus. Fonte: MARQUES, Inês Maria Andrade.....	79
Fig. 140 Bairro de Casas Económicas Figueira da Foz, Fonte: Monografia da Habitação Económica.....	79
Fig. 141 Alçado Principal, Fonte: Monografia da Habitação Económica	79
Fig. 142 Planta do 1º piso, Fonte: Monografia da Habitação Económica.....	79
Fig. 143 Planta do piso térreo, Fonte: Monografia da Habitação Económica	79
Fig. 144 Bairro de Casas de Renda Económicas - Coimbra, Fonte: Monografia da Habitação Económica.....	80
Fig. 145 Alçado Principal, Fonte: Monografia da Habitação Económica	80
Fig. 146 Planta do piso térreo e piso 1, Fonte: Monografia da Habitação Económica.....	80
Fig. 147 Bairro de Casas Económicas em Barcelos, Fonte: www.infohabitar.blogspot.com	80
Fig. 148 Bairro de Casas Económicas em Barcelos - Planta, Fonte: www.infohabitar.blogspot.com	81
Fig. 149 Bairro das Estacas, fonte: http://alvalade.no.sapo.pt	81
Fig. 150 Bairro das Estacas, Impalntação, fonte: http://abraxas-tipologias.blogspot.com	81

Capítulo 1

Introdução

A habitação sempre foi um tema de relevância na arquitectura. Mais que um simples abrigo, a habitação é um espaço de permanência, de relações, é um espaço que representa a família. A habitação surge como uma necessidade.

A habitação associa-se à palavra lar. A palavra lar deriva do latim *lar familiares*. Na mitologia romana lares são divindades domésticas, ligadas à lareira, como zona de reunião familiar. Assim o lar, habitação pode ser entendido como um espaço sagrado, de recolha, de aconchego e reunião em volta do fogo. Este aspecto é evidente quando analisamos as habitações da Roma Antiga.

Ao fazer uma análise ao longo da história da arquitectura, verificamos que a habitação foi um tema pouco desenvolvido que mereceu pouco interesse de estudo, em relação com os edifícios públicos, como igrejas, câmaras, teatros, entre outros. Contudo a partir do séc. XX assistimos a uma alteração da situação, tornando-se a habitação, um tema de interesse na arquitectura a busca de resoluções de questões sociais, devido sobretudo à Revolução Industrial.

Com o crescimento da industrialização as cidades foram também crescendo. “ (...) entre 1800 e 1900, Londres passou de menos de 1 milhão habitantes, para 4,3 milhões em 1900; Paris passou de meio milhão de habitantes, para 2,5 milhões. Nos Estados Unidos o crescimento foi ainda mais acentuado: Nova Iorque passou de 63 mil habitantes para 2,8 milhões: e Chicago aumentou de 30 (!) habitantes em 1833, data da sua fundação, para 1 milhão no final do século”¹

Junto às fabricas iam-se alojando vários aglomerados de população operária. Como resultado deste crescimento urbano surgem problemas de alojamento da classe operária.

É aqui que a arquitectura entra como meio de resolução de problemas sociais e habitacionais.

Em Portugal a Revolução Industrial surge muito mais tarde do que o resto da Europa. Para responder à necessidade habitacional, surgem as ilhas e os pátios. Mais tarde, face ao agravamento das condições de habitabilidade das famílias mais carenciadas, o Estado Novo decide criar programas de apoio à construção de habitações. Surge, assim, o Programa de Casa Económicas, O Programa das Casas Desmontáveis e o Programa de Casas de Renda Económica que consistiam em construção de bairros de habitações para famílias de baixo rendimento cujo alojamento dependia do pagamento de uma renda de baixo valor.

¹ História da Arte, 12º/ Ensino Secundário, Paulo Simões Nunes, Lisboa Editora, 2001

Capítulo 2

2.Contexto histórico:

2.1 Congresso Internacional de Arquitectura Moderna (CIAM)

No séc. XIX surge um grande crescimento populacional nas principais cidades europeias. A falta de habitação surge como problema principal, uma vez que as populações que rumam aos centros urbanos vão habitar em locais sem o mínimo de condições.

É neste sentido que se começa a questionar sobre estes problemas e procurar soluções para os resolver. Assim, surgem os primeiros Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna, já no início do séc. XX.

Os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna foram congressos que se iniciaram na Suíça em 1928. Estes congressos juntavam arquitectos e urbanistas com o objectivo de discutir o futuro da arquitectura e do urbanismo, numa época de grandes transformações. “ (...) os Congressos Internacionais de Arquitectura Moderna vão promover e publicitar as ideias da arquitectura e urbanística modernas, com o objectivo de comparar periodicamente as experiencias, a fim de aprofundar os problemas tratados e apresentar ao publico as soluções tratadas”.²

Uma das produções de maior importância destes congressos foi, certamente, a Carta de Atenas, escrita por Le Corbusier no IV CIAM, que viria a marcar a arquitectura e o urbanismo durante décadas.

É durante o II CIAM que Ernst May, levanta o assunto da questão da habitação das classes menos favorecidas e da habitação enquanto elemento morfológico da organização das cidades.

Citando José Lamas: “ É com o tema “O alojamento para a o nível mínimo de vida”, que Ernst May intervém no II CIAM, em 1929, trazendo os resultados das experiencias em Frankfurt.

Construir para o maior número a menores custos obriga a reduzir obriga a reduzir ao mínimo a superfície do alojamento, proporcionado a repartição do investimento público pelo maior número de habitantes. Esta pesquisa parte das necessidades socioeconómicas - dar casa a toda a população - e coloca a habitação no centro das preocupações da urbanística, considerando o alojamento como a célula-base da organização da cidade.”³

² LAMAS, José M. Ressano Garcia, “Morfologia urbana e desenho da cidade”, textos universitários de ciências sócias e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2ª edição, 2000.

³ LAMAS, José M. Ressano Garcia, “Morfologia urbana e desenho da cidade”, textos universitários de ciências sócias e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2ª edição, 2000.

2.2 O final da Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial surge como consequência do aparecimento dos governos totalitários, na Alemanha com Hitler e na Itália com Mussolini.

Estes governos tinham ideais expansionistas, pretendiam alargar as suas fronteiras e recuperar territórios perdidos durante a Primeira Guerra Mundial.

No início dos anos 30, quer a Alemanha quer a Itália atravessavam uma grande crise económica atirando para o desemprego várias pessoas. Para combater esta elevada taxa de desemprego, o governo italiano e alemão decide que a solução passaria pela industrialização. As indústrias produziam essencialmente equipamento bélico e armamento militar.

À Alemanha e à Itália junta-se o Japão, que com os mesmos ideais expansionistas se aliam para conquistar território além-fronteiras.

Em 1939 dá-se, então, o início da Segunda Guerra Mundial com a invasão do exército alemão no território da Polónia.

Em 1945 termina a Segunda Guerra Mundial com a Alemanha e a Itália a renderem-se, seguindo-se posteriormente do Japão.

Com o culminar da Segunda Guerra Mundial, a Europa encontrava-se completamente destruída. As principais cidades europeias sofreram grandes bombardeamentos que as arrasaram. Por este motivo, em vários países cresceu a necessidade de habitações que tinham sido destruídas.

“A Comissão Económica para a Europa apurou, num inquérito realizado em 1947, junto de dezassete países europeus, que ficaram totalmente destruídos mais de dois milhões e meio de casas e parcialmente quase três – números que depois se verificou estarem muito aquém da realidade.”⁴

O clima geral sentido, quer na Europa, quer no resto do mundo era de grande instabilidade a nível económico, político, de segurança.

2.3 Os planos urbanísticos na Europa

Pela Europa a preocupação pela imagem e arranjo das cidades durante o século XIX era um facto. Sem dúvida que os planos efectuados na Europa durante este séc. trariam mudanças significativas no processo de planeamento das cidades.

Na Alemanha começam-se a projectar as cidades sobretudo há uma grande preocupação pelos bairros operários, procurando que seja espaços bem ventilados para garantir as condições de salubridade.

Em Paris, Haussmann propõe uma intervenção na cidade. O seu plano tinha como objectivo fazer uma intervenção tendo em consideração o tecido urbano existente.

⁴ PEREIRA, Raul da Silva, “Problemática da habitação em Portugal - I”



Fig. 1 Plano de Haussmann, Paris, Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes

Em Londres John Nash, faz uma intervenção na cidade existente e faz um prolongamento da mesma, projectando um espaço verde com 166 ha.

Cerdá, em 1859, faz um plano de intervenção em Barcelona. Esta intervenção não passa pela cidade existente, antes é uma expansão da cidade. Propõe a criação de quarteirões separados por grandes avenidas.



Fig. 2 Plano de Barcelona, Cerdá Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes

Mais tarde, Le Corbusier, dedica-se também ao estudo da cidade, projectando a cidade moderna, a cidade radiosa.

2.4 Contexto político, social e económico em Portugal

No final do século XIX, Portugal era um país ainda pouco desenvolvido industrialmente, cuja principal actividade era a agricultura.

O país atravessava uma grave crise económica que cada vez mais punha em causa a capacidade da monarquia em governar Portugal. A juntar ao crescente descontentamento com a monarquia seguiu-se o ultimato inglês a Portugal. A revolta cresceu cada vez mais culminando a 5 de Outubro de 1910 com a queda da monarquia. Nasce, assim, a Primeira República Portuguesa.

Este novo regime político em Portugal é um regime marcado por uma grande instabilidade política que teve repercussões na economia e na sociedade. Desde 1918 até 1926, data da queda da primeira república, vários governos passaram pela direcção do país.

Toda esta instabilidade veio a ser agravada com a participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial. Com o final da Primeira Guerra, a situação económica em Portugal agravou-se, a moeda desvalorizou, os preços subiram, os salários não acompanharam a subida dos preços, as receitas do Estado eram inferiores às despesas.

A 28 de Maio de 1926, um golpe militar pôs fim à Primeira República, seguindo-se até 1933 um novo regime apelidado de Ditadura Militar.

Contudo, este novo regime não conseguiu travar a crise económica que cada vez mais se ia agravando, nem resolver a desordem nas finanças do país atrasando o desenvolvimento e o progresso, comparativamente ao resto da Europa. Assim, em 1928, os militares nomearam o Professor Oliveira Salazar para o cargo de Ministro das Finanças para resolver o problema financeiro do país. E, com o aumento dos impostos e a redução das despesas dos ministérios, conseguiu eliminar o deficit financeiro.

Em 1932, Salazar tornou-se Presidente do Conselho de Ministros e Óscar Carmona torna-se Presidente da República. Com estes novos dirigentes no governo do país, Portugal termina o período de Ditadura Militar e começa com um novo regime político apelidado de Estado Novo, com a aprovação da Constituição de 1933.

O novo governo, baseava-se, sobretudo, em valores ligados ao conceito de família, de trabalho, de religião, autoridade, austeridade e ao culto do nacionalismo.

Estes valores eram sobretudo incutidos na educação, através da reforma levada a cabo pelo Ministro da Educação Nacional, António Carneiro Pacheco *“As reformas do ensino, feitas pelo Estado Novo (...) servem de base à preparação de homens robustos no físico e no espírito”*⁵, uma vez que o ministro da educação considerava que *“o melhor veículo para transmitir as propostas sociais de estado Novo seria a educação”*.⁶

Em relação à arte o mesmo se sucedia, como refere António Ferro *“o desenvolvimento das artes devia firmar-se num nacionalismo vigoroso [de modo a] acompanhar [a obra do Governo] com a necessária elevação e patriotismo”*⁷. No que concerne à arquitectura, reforçava-se o culto pelo nacionalismo, procurando que arquitectura fosse marcada por um “estilo” unicamente português. Citando Ana Cristina Tostões *“ (...) a ditadura salazarista*

⁵ “Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30” DC Papeles, Barcelona, Departamento de Arquitectura da Faculdade Arquitectónica UPC, Outubro 2005”

⁶ “Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30” DC Papeles, Barcelona, Departamento de Arquitectura da Faculdade Arquitectónica UPC, Outubro 2005”

⁷ TOSTÕES, Ana Cristina “Arquitectura Portuguesa do séc. XX”, in Grandes Temas da Nossa História - História da Arte Portuguesa”, Direcção de Paulo Pereira, Volume 3, Circulo de Leitores, 1995

conferiu o estatuto de verdadeira arquitectura portuguesa, impondo um programa tipológico limitado às articulações volumétricas e às fachadas, na casa rural, na casa económica urbana, no prédio de rendimento. A inspiração pretendia ser a arquitectura portuguesa de todos os tempos, procurava-se o sentido intrínseco e específico da cultura nacional, capaz de produzir obras verdadeiramente tradicionais dignas de monumentalidade.”⁸

Em 1939, dá-se a Segunda Guerra Mundial, contudo Portugal, mantém a neutralidade uma vez que tinha baixos recursos bélicos e os equipamentos de que dispunha eram muito rudimentares. Apesar de manter um estado neutral em relação à guerra, Portugal mantinha boas relações com os países em conflito, Inglaterra, Alemanha e Espanha.

O início da década de 40 é marcado por um acontecimento que marca o país no campo da arquitectura, a Exposição do Mundo Português. Esta exposição foi inaugurada a 23 de Junho de 1940 pelo Presidente da República Óscar Carmona, pelo Presidente do Conselho de Ministros Oliveira Salazar e pelo Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco tendo sido encerrada a 2 de Dezembro de 1940. A exposição realizou-se com o propósito de comemorar o centenário da Fundação do Estado Português e da Restauração da Independência. Realizou-se em Lisboa, junto ao Rio Tejo e abordava temas como a História, a Etnografia e o Mundo Colonial. Esta exposição também foi importante ao nível da arquitectura dando a conhecer o que de melhor se fazia, a arquitectura “genuinamente portuguesa”. Através do texto do autor Paulo Pereira pode-se perceber o quanto foi importante para arquitectura portuguesa esta exposição e o quanto será importante na futura construção dos bairros operários:

“A Exposição do Mundo Português foi um dos primeiros “parques temáticos” europeus de que há memória. Para a sua criação foram chamados todos, mas todos (ou quase todos) os artistas activos, numa ocorrência rara de consensualidade de encomenda. (...) Curiosamente, a linguagem arquitectónica era moderna e o tradicionalismo era ilustrativo. (...) a consagração deste modernismo de “fachada” e de cartolina passava depois ao urbanismo e à alvenaria dos prédios de rendimento”(...) era o triunfo do estilo a que a crítica havia de apelidar, justamente, como português suave. Era esta, enfim, a arquitectura do regime. (...) esta proposta de casa unifamiliar, de beirados e paredes brancas, evolui para um receituário que o Estado Novo não hesitou em adoptar para os bairros sociais, uma vez recuperado o avatar da ruralidade”⁹

⁸ TOSTÕES, Ana Cristina “Arquitectura Portuguesa do séc. XX”, in Grandes Temas da Nossa História - História da Arte Portuguesa”, Direcção de Paulo Pereira, Volume 3, Circulo de Leitores, 1995

⁹ PEREIRA, Paulo, “ 2000 anos de arte em Portugal”, Temas e Debates, 1999



Fig. 3 Exposição do Mundo Português, Lisboa Fonte: wikipédia

No final da guerra, Portugal continuava a ser um país pouco desenvolvido. A principal actividade do país ainda continuava a ser a agricultura, sendo que a indústria tinha ainda uma produtividade baixa. A exportação de matérias-primas e de produtos industriais durante a guerra permitiu ao país acumular capitais, contudo devido ao fraco investimento do governo, a economia nacional mantinha-se estagnada.

Apesar das melhores condições económicas no país no pós-guerra, estas não foram suficientes para o avanço económico e industrial do país. Mesmo com os problemas económicos, o governo salazarista, rejeitou, numa primeira fase o Plano de Marshall, vindo só a aceita-lo mais tarde ainda que seno dos países que menor valor recebeu. O plano de Marshall, conhecido por Plano de Reconversão Europeia, foi um plano que os Estados Unidos criaram para a recuperação dos países aliados na guerra, para minimizar os efeitos na economia americana. Foram importantes nesta altura os Planos de Fomento criados pelo governo de Salazar para estimular a economia nacional com objectivo de fazer o país crescer e modernizar-se, procurando desta forma, igualar-se aos restantes países europeus.

Na década de 60, motivada pela falta de trabalho no campo, devido ao fraco desenvolvimento desta actividade, assiste-se a uma migração da população rural para os grandes centros, Lisboa e Porto, originando um crescimento rápido e desordenado destas cidades, e para o estrangeiro.

A década de 70 foi marcada pela queda do Estado Novo. A crise económica que se fez sentir a nível mundial no início da década de 70 aumentou o descontentamento da população que já se vinha agravando com o regime fascista do governo. No dia 25 de Abril de 1974, os militares portugueses puseram fim ao governo de Salazar.

2.5 Primeiros planos urbanísticos em Portugal

As crises epidémicas de cólera, febre-amarela e difteria, que se deram entre 1856 e 1858, faziam agravar cada vez mais as condições de vida das populações urbanas. Os grandes

núcleos urbanos eram espaços imundos e insalubres. A construção era feita de forma descontrolada e onde houvesse espaço. Tornava-se necessário a tomada de medidas urgentes. “ os habitantes continuaram a viver no centro da mais pestífera imundície. A limpeza das ruas, verdadeiras cloacas, era feita com irregularidade. Uma cidade como Lisboa não podia continuar a apresentar-se tão mal trajada em toda a Europa”¹⁰

Em Portugal, a primeira intervenção urbanística realizada é feita em Lisboa, durante o séc. XVI, no Bairro Alto. Este é primeiro bairro desenhado por um traçado geométrico, com ruas perpendiculares entre si e com lotes bem delineados.

Citando José Lamas “ O traçado renascentista desenvolve-se numa malha ortogonal N/S e E/O, a qual se desfaz perante s grande declives e diferenças de cotas e barreiras a Este.

A regularidade dos traçados define um conjunto de quadriláteros subdivididos em lotes e com logradouros no interior.”¹¹

O momento importante na história do urbanismo português, pela dimensão da intervenção surge quando, em 1755, um violento terramoto devastou a baixa da cidade de Lisboa. Os incêndios causados pelo terramoto destruíram uma grande parte dos edifícios com estruturas de madeira. O tecido urbano da cidade era, até então, era um tecido mourisco caracterizado por ruas desordenadas, com vários becos e construções em altura sem qualquer tipo de controlo, exceptuando o Bairro Alto como anteriormente se referiu.¹²

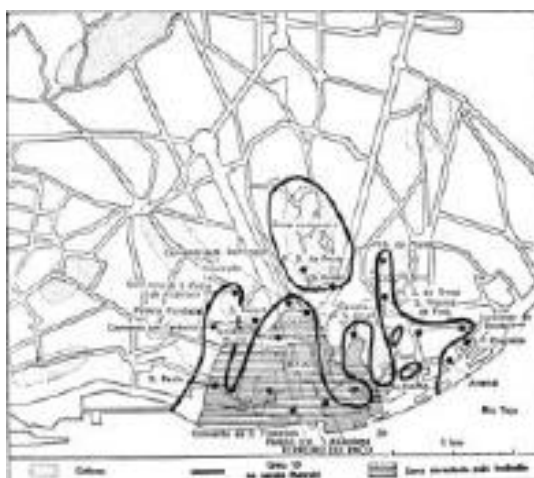


Fig. 4 Áreas afectadas pelo terramoto e incêndios na Baixa de Lisboa Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes

¹⁰ Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, nº 10/ Outubro, referência retirada dos apontamentos da Professora Ana Lídia Virtudes no âmbito da cadeira de 4º ano de Planeamento Urbano de Arquitectura, na Universidade da Beira Interior

¹¹ LAMAS, José M. Ressano Garcia, “Morfologia urbana e desenho da cidade”, textos universitários de ciências sócias e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2ª edição, 2000.

¹² Apontamentos da Professora Ana Lídia Virtudes, no âmbito da cadeira do 4º de Planeamento Urbano de Arquitectura da Universidade da Beira Interior



Fig. 5 Planta de Lisboa em 1650. Nesta planta é bastante evidente as ruas sinuosas e o traçado irregular Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes

Com a cidade de Lisboa num cenário de destruição é chamado Manuel da Maia pelo Marquês de Pombal, para intervir com um plano de reconversão. Um mês após o terramoto, Manuel da Maia apresenta um plano com várias propostas às quais o Duque de Lafões, enquanto detentor de poder político, caberá decidir.¹³

Citando o Professor Sidónio Pardal *“O engenheiro-mor do reino começa por avaliar a dimensão do problema e reconhece que não tem condições, nem teria sentido, configurar para toda a cidade, um plano de renovação. Mas, inspirado pelas utopias da Renascença e pelas ideias do Iluminismo aplicadas à intervenção urbana, avalia as necessidades e capacidades e demarca a zona que vai submeter a um plano de renovação, reconhecendo tacitamente que outras partes da cidade irão ser construídas de forma pragmática, pelas iniciativas avulsas dos proprietários, segundo os processos tradicionais, enquadrados por algumas regras.”*¹⁴

Manuel da Maia, com este plano, procura alargar as ruas, uniformizar as alturas dos edifícios, criar simetrias com os novos edifícios propostos, criar novas malhas urbanas com a introdução dos quarteirões e de praças, criar espaços amplos e salubres.¹⁵

O plano escolhido para a Baixa Lisboeta seria o de Eugénio dos Santos e Carlos Mardel com a coordenação de Manuel da Maia. O plano eleito apresentava quarteirões de blocos habitacionais que definiam as ruas, amplas, numa malha geométrica quadricular e uma grande praça junto à margem do rio, onde desembocavam as principais ruas.

¹³ PARDAL, Sidónio, “A Baixa Pombalina - Um Marco na Planificação das Cidades”, Conferência realizada em Outubro de 2003, pela Câmara Municipal de Lisboa, in <http://www.sidoniopardal.com>

¹⁴ PARDAL, Sidónio, “A Baixa Pombalina - Um Marco na Planificação das Cidades”, Conferência realizada em Outubro de 2003, pela Câmara Municipal de Lisboa, in <http://www.sidoniopardal.com>

¹⁵ Apontamentos da Professora Ana Lúcia Virtudes, no âmbito da cadeira do 4º de Planeamento Urbano de Arquitectura da Universidade da Beira Interior

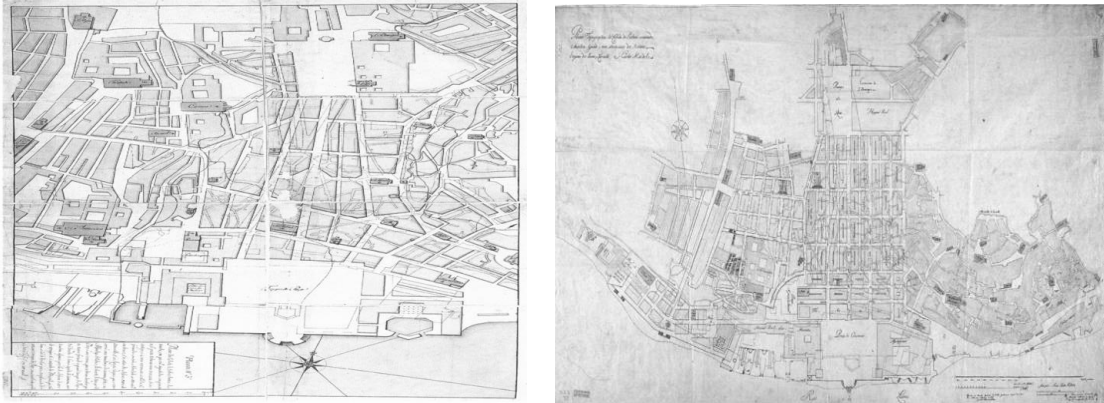


Fig. 6 Propostas para a Baixa Lisboeta Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes

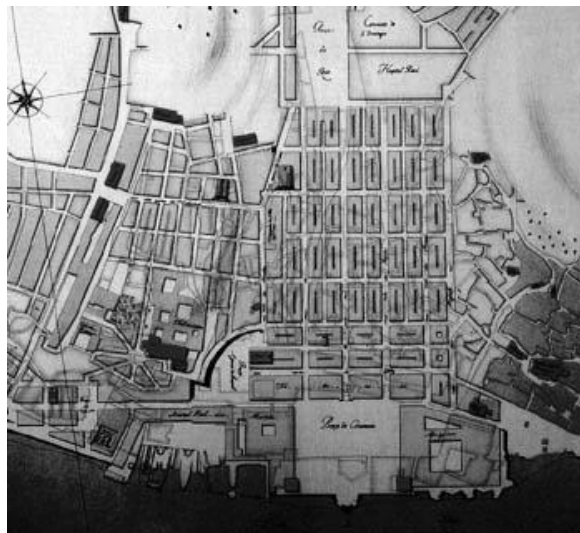


Fig. 7 Plano eleito para a Baixa Lisboeta Fonte: Apontamentos Prof. Ana Virtudes

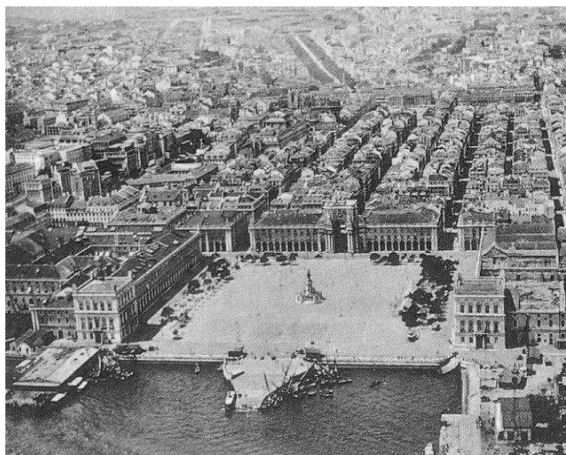


Fig. 8 Baixa de Lisboa Fonte: <http://www.lisboa-cidade.com>

O plano da Baixa Lisboeta torna-se o primeiro mentor dos planos urbanísticos em Portugal. Contudo o primeiro decreto-lei publicado sobre a problemática do ordenamento do território que previa a elaboração de planos em Portugal é publicado a 31 de Dezembro de 1864. Este decreto-lei estabelecia as regras “sobre *“ruas e edificações no interior das cidades, vilas e povoações”* e prevendo a elaboração de *“planos gerais de melhoramentos”*¹⁶ e tinha uma carácter obrigatório para as cidades de Lisboa e Porto, tornando-se facultativo para as restantes cidades do reino.

Com a entrada do séc. XIX dá-se um grande crescimento demográfico nos grandes centros urbanos, sobretudo aqueles em que se começam a sentir os primeiros sinais de industrialização. É nesse sentido que se iniciarão os primeiros planos urbanísticos nas cidades portuguesas.

Em 1903, em Lisboa, Ressano Garcia projecta o Plano Geral de Melhoramentos da cidade, tendo também continuado com as ideias expansionistas do Marquês de Pombal, criando planos de expansão da cidade para o norte.¹⁷

¹⁶ FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase, Covilhã, mestrado em Engenharia Civil - Construção apresentada ao departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior.

¹⁷ Apontamentos da Professora Ana Lídia Virtudes, no âmbito da cadeira do 4º de Planeamento Urbano de Arquitectura da Universidade da Beira Interior



Fig. 9 Plano Geral de Melhoramentos, Fonte <http://doportoenaoso.blogspot.com>

A 26 de Junho de 1912 é aprovada a primeira lei de uso do solo que estabelece o regime de expropriações ao qual o governo de Salazar recorrerá para a expansão da cidade e construção dos bairros sociais. Durante o Estado Novo, Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas, promoveu o desenvolvimento de trabalhos urbanísticos e planos na cidade de Lisboa.¹⁸

Na final da década de 50 é iniciado em Lisboa o Plano Director da Região de Lisboa e dez anos mais tarde inicia-se também o Plano Director da Região do Porto.

No final da década de 70 são criados os primeiros Planos Directores Municipais da responsabilidade das autarquias locais, contudo os mesmo planos apenas seriam iniciados no início da década de 90.

A partir da década de 80 serão publicados os o decretos-lei relativos aplicação de planos destinados à Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional. Serão, também publicados os decretos-lei dos Planos Regionais de Ordenamento de Território e, já no início da década de 90, os Planos Municipais de Ordenamento do Território.¹⁹

Após a entrada de Portugal na Comunidade Europeia irão ser elaborados planos directores municipais. Este primeiros planos eram pouco aprofundados e demasiado abstractos, servindo apenas como forma de aplicação dos fundos da Comunidade Europeia. Em 1999, um novo decreto-lei, nomeadamente o decreto-lei nº 69/99 de 2 de Março vem trazer novas

¹⁸ FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase, Covilhã, mestrado em Engenharia Civil - Construção apresentada ao departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior.

¹⁹ FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase, Covilhã, mestrado em Engenharia Civil - Construção apresentada ao departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior.

transformações aos planos directores municipais tornando a sua aplicação mais eficiente e mais rápida.

Capítulo 3

3. A Habitação Social em Portugal:

3.1 A habitação social em Portugal nos finais do séc. XIX

Nos finais do séc. XIX surgiram em Portugal os primeiros sinais da industrialização. Dos meios rurais várias famílias procuram nos novos centros industriais emprego e melhores condições de vida. “ *A segunda metade do séc. XIX foi também um período de rápido crescimento urbano e de concentração urbana. Nos 36 anos entre 1864 e 1900 a população total do país aumentou 29%, enquanto que a sua população urbana cresceu 75%.*”²⁰

O rápido crescimento urbano provocou um grave problema, ao nível habitacional, as cidades não estavam preparadas para receber um tão elevado número de pessoas num tão curto espaço de tempo. A classe operária via-se obrigada a procurar soluções para habitar. Chegados à cidade, as famílias operárias, eram alojadas em locais pequenos, insalubres, com condições muito precárias, ocupando, muitas das vezes, velhos edifícios desocupados, mediante o pagamento de uma renda. “*Senhorios dinâmicos, fazem construir eles próprios, nas traseiras dos seus prédios, casas abarracadas para alugas a operários; são aproveitadas caves insalubres para o mesmo efeito, sempre com acesso pelas traseiras; conventos das recém extintas obras religiosas, adquiridos em hasta pública, ou palácios arruinados são meticulosamente alugados quarto a quarto.*”²¹

Nas grandes cidades industriais do país, Lisboa e Porto, aparecem novas construções para a classe operária. No Porto, são construídas as “ilhas” e em Lisboa surgem os pátios.

“As “ilhas” consistiam em filas de pequenas casas de um único piso, geralmente com áreas que não excediam os 16m², construídas nos quintais de antigas habitações burguesas. Nestas casas pequenas e insalubres viviam famílias inteiras (...) não tinham abastecimento de água e os sanitários comuns a todos os seus habitantes.”²² Os pátios, em Lisboa, caracterizavam-se por ser “um espaço mais ou menos regular, situado no interior de um quarteirão, com pequenas casas construída à volta viradas para um espaço livre comum”.²³ (imagens 1 e 2). Quer os pátios quer as “ilhas” eram habitações de reduzidas dimensões, sem qualquer tipo de higiene e chegavam a alojar famílias inteiras ou até mais do que uma família em situações muito precárias.

²⁰ TEIXEIRA, Manuel C. “ As estratégias de Habitação em Portugal, 1880- 1940”, in *Análise Social*, Vol, XXVII, nº 115, 1992

²¹ PEREIRA, Nuno Teotónio, “Pátios e vilas de Lisboa, 1870- 1930: a promoção privada do alojamento operário”, in *Análise Social*, nº 127, 1994

²² TEIXEIRA, Manuel C. “ As estratégias de Habitação em Portugal, 1880- 1940”, in *Análise Social*, Vol, XXVII, nº 115, 1992

²³ TEIXEIRA, Manuel C. “ As estratégias de Habitação em Portugal, 1880- 1940”, in *Análise Social*, Vol, XXVII, nº 115, 1992



Fig. 10 Ilha no Bairro Alexandre Herculano, Porto, Fonte: <http://theurbanearth.wordpress.com>



Fig. 11 Pátio Fiúza, Lisboa, Fonte: www.jf-alcantara.pt/

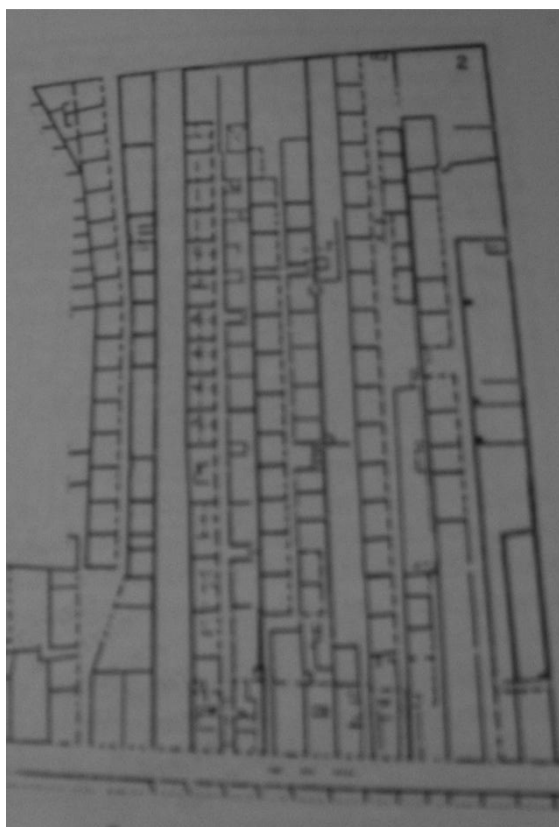


Fig. 12 Planta das ilhas na cidade do Porto, Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia

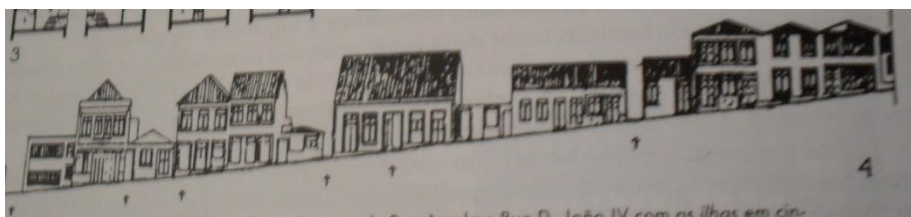


Fig. 13 Alçado geral de uma rua. Entrada para as "ilhas", Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia



Fig. 14 Planta das habitações nas "ilhas" Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia

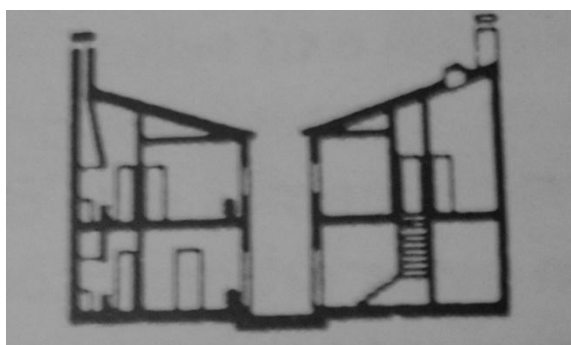


Fig. 15 Corte das habitações nas "ilhas" Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia

Constatando as deficitárias condições de habitação dos operários, promotores imobiliários privados, construíram habitações com melhores condições, porém estas novas construções não tiveram o resultado esperado. Apesar de oferecerem melhores condições, o custo das rendas destas eram, conseqüentemente, mais elevados impossibilitando o operário de as habitar devido ao seu baixo salário.

Assim, as “ilhas” e os pátios continuavam a ser a opção predominante da procura do operariado, sendo que as rendas destas formas de habitação eram claramente inferiores. Em Lisboa, devido aos salários mais elevados, os pátios tiveram uma evolução, originando as “vilas”, que eram “grupos pequenos de edifícios construídos em volta de um espaço comum, geralmente um rua privada e progressivamente menos segregadas e melhor integradas na estrutura urbana”²⁴. As vilas eram habitações melhoradas, mais amplas, que evidentemente eram obtidas pelo pagamento de rendas mais elevado.



Fig. 16 Vila Rodrigues, Lisboa, Fonte: Prof. Doutora Ana Leonor Tomás, Vazios Úteis - Semanário Estudos Urbanos - ISCTE/Julho 2007, Cidade oculta - vila operária

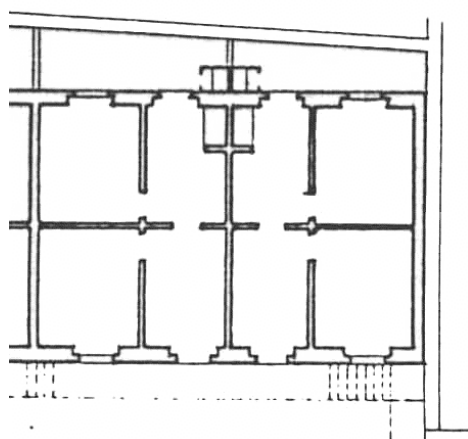


Fig. 17 Vila Mendonça (Planta de um módulo), Lisboa, Fonte: Prof. Doutora Ana Leonor Tomás, Vazios Úteis - Semanário Estudos Urbanos - ISCTE/Julho 2007, Cidade oculta - vila operária

²⁴ TEIXEIRA, Manuel C. - “As estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, Vol XXVII, nº 115, 1992

Como até aqui se viu, a habitação operária era muito deficitária, promovida por pequenos comerciantes, no caso dos pátios e “ilhas”, cujo objectivo essencial era o lucro, independentemente das más instalações oferecidas aos seus inquilinos.

Os operários viviam em condições insalubres originando doenças que afectavam a sua produtividade que contagiavam famílias inteiras, inclusivamente, começavam a contagiar os proprietários das indústrias e suas respectivas famílias. Por esta razão, por volta de 1870 alguns proprietários das fábricas industriais e por associações filantrópicas promoveram nova habitação para os operários. Contudo, quer as habitações construídas pelos proprietários quer as que foram construídas pela filantropia, tinham rendas muito elevadas e que as famílias operárias não conseguiam pagar.

3.2 A habitação social em Portugal nos inícios do séc. XX

A situação das famílias mais carenciadas nos grandes centros urbanos piorava cada vez mais e tornava-se urgente a intervenção do Estado, ainda que de uma forma indirecta. Nos inícios do séc. XX, com o início da Primeira Republica, o Estado pretendia que a construção de casas para famílias de menores rendimentos, fosse promovida por promotores privados. A sua intervenção passou por impor, em 1905, que os municípios aplicassem regras rígidas nas novas construções, “ obrigava os construtores privados a apresentar à Câmara Municipal, para aprovação, um projecto completo - incluindo plantas, cortes e alçados - de qualquer nova construção (...)”.

Será sobretudo durante o Estado Novo que o estado português assume a responsabilidade da construção das casas para as famílias mais carenciadas.

3.3 A importância de Duarte Pacheco durante o Estado Novo

Duarte Pacheco é convidado por Oliveira Salazar para integrar no seu governo, durante o Estado Novo, em 1932, ocupando a pasta de Ministro das Obras Públicas. A sua capacidade concretizadora de grandes obras destacá-lo-á durante o período do Estado Novo, uma vez que era essa a imagem que o governo pretendia propagar.

Duarte Pacheco foi uma figura chave no desenvolvimento das grandes obras: desenvolveu projectos ao nível do planeamento e urbanismo e tornou o regime legal de expropriação de terrenos mais simplificado com a promulgação do decreto-lei 28797 a 1 de Julho de 1938, que viria a ser conhecido por Regime dos Centenários.²⁵ O Regime dos Centenários teve a duração de dez anos tendo vindo a terminar em 1948. Ao longo da sua duração a Câmara Municipal de Lisboa expropriou mais de um terço da superfície da cidade. Grande parte destes terrenos, então expropriados, viriam, entretanto, a ser utilizados para a construção dos bairros dos programas habitacionais criados pelo governo, os bairros das casas económicas.

²⁵ Marques, Inês Maria Andrade, “A Sereia, a Varina e o Governador de Macau INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS E ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS DE LISBOA”,

O grande interesse e pelos estudos urbanísticos e noção da sua elevada importância leva Duarte Pacheco a convidar urbanistas estrangeiros como Frederico Ulrich e Étienne de Gröer. Gröer a convite de Duarte Pacheco viria a ocupar o cargo de Urbanista - Conselheiro da Câmara Municipal de Lisboa. Em conjunto com urbanistas nacionais, Gröer viria a desenvolver um plano designado de Plano Geral de Urbanização e Expansão de Lisboa do qual resultaria, mais tarde no Plano Director de Lisboa.²⁶

Em 1934 é publicado o decreto-lei 24802 de 21 de Dezembro que proíbe a concretização de obras de urbanização que não estejam devidamente integradas num plano geral de urbanização.²⁷

Em 1943, Duarte Pacheco sofre um acidente de viação tendo vindo a falecer. Deixa várias obras e um notório contributo pioneiro nas políticas habitacionais, no urbanismo e planeamento. Duarte Pacheco representou um período e um governo uma época de transformações.

3.4 O Estado Novo e os programas habitacionais

O governo republicano do final do séc. XIX não considerava que fosse da sua responsabilidade a construção de habitação social. A sua intervenção era mínima, procurando apenas incentivar a construção por parte de promotores privados. *“ Até ao final do séc. XIX nem o governo nem as câmaras municipais consideravam que a construção de habitação de baixo custo fosse da sua responsabilidade. As suas preocupações eram, por um lado, dar incentivos aos promotores privados para construírem habitação destinada a pessoas de poucos recursos e, por outro lado, controlar a actividade destes promotores privados. Não se discutia quem devia construir habitação, mas antes o tipo de incentivos que deviam ser dados aos construtores privados e a qualidade e a forma de habitação que estes deviam construir”*²⁸

Apesar dos incentivos, por parte do governo, aos promotores privados na construção de casas com o mínimo de condições de habitabilidade, a situação não melhorou nem ganhou força. *“ (...) as principais razões para a fraca resposta dos construtores privados eram duas: a falta de terrenos urbanizados suficientemente baratos e para a construção de baixo custo e os maiores lucros que se podiam obter na construção de habitação para o mercado livre.”*²⁹

Na entrada do novo século assiste-se a uma alteração da situação. Pela primeira vez na história em Portugal, o governo torna-se o principal responsável pela construção destas habitações criando, para o seu efeito, legislação específica, entidades como a Caixa de

²⁶ Marques, Inês Maria Andrade, “A Sereia, a Varina e o Governador de Macau INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS E ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIROS DE CASAS ECONÓMICAS DE LISBOA”,

²⁷ FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase, Covilhã, mestrado em Engenharia Civil - Construção apresentada ao departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior.

²⁸ TEIXEIRA, Manuel C. - “As estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, Vol XXVII, nº 115, 1992

²⁹ TEIXEIRA, Manuel C. - “As estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, Vol XXVII, nº 115, 1992

Providência e programas habitacionais: Programa das Casas Económicas, Programa das Casas Desmontáveis e, mais tarde, Programa das Casas de Renda Económica.

3.4.1 O Programa das Casas Económicas

O Programa das Casas Económicas foi o primeiro de três programas criados pelo governo de salazarista com o objectivo de resolver a carência de habitação para as famílias de baixos rendimentos económicos, que existiam no início do séc. XX. Com a criação das casas económicas o Estado pretendia que estas fossem “*baseadas nos supostos valores e modos de vida tradicionais da população portuguesa*”³⁰, ou seja, pretendiam que a habitação das classes rurais que partiam para os meios urbanos, se assemelhassem ao estilo rural, nas cidades.

Este programa foi implementado em 24 de Setembro de 1932 com a entrada em vigor do Decreto-Lei 23052. Inicia-se, deste modo, o motor de avanço para as políticas habitacionais do Estado Novo.

Para a construção das Casas Económicas foi necessária uma grande política de gestão de recursos, uma vez que o objectivo do Estado era a construção de habitações a baixo custo. Para tal o Estado procedeu a expropriação de terrenos de baixo, arrastando as populações para as periferias das cidades, mas procurando que essas populações fossem servidas de uma boa rede de transportes, o que na prática se verá, mais tarde, que não será o suficiente levando a que estas populações sejam marginalizadas.³¹

A construção das casas económicas levou a novas preocupações urbanas que anteriormente raramente eram contempladas. Pela primeira vez as entidades mostram preocupação em construir os bairros de acordo com os planos de urbanização. Citando a seguinte autora “*Com estas intervenções no terreno, verificou-se que as acções promovidas, que tiveram como base planos de urbanização, foram contidas e controladas no território e agruparam as pessoas, segundo a actividade profissional e os rendimentos, com o intuito de conter a ordem social.*”³²

A criação do Decreto-Lei 23052 de 24 de Setembro de 1932 e do novo programa habitacional permitiu que as famílias menos favorecidas tivessem acesso à propriedade, uma vez que estas eram adquiridas sob o regime de propriedade resolúvel. Ao lhes ser atribuída a habitação, os moradores poderiam tornar-se os proprietários da mesma desde que fosse paga uma

³⁰ TEIXEIRA, Manuel C. - “As estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, Vol XXVII, nº 115, 1992

³¹ FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase”

³² FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase”

prestação mensal, que seria paga durante 20 anos, ou seja pagariam 240 prestações.³³ *“No cumprimento da legislação de 1933, estudada com profundo sentido das realidades, construíram-se e estão-se construindo bairros inteiro de casas económicas, de renda acessível aos que trabalham e proporcionando-lhes, ao cabo de vinte anos, a respectiva propriedade plena”*³⁴

A atribuição das habitações era feita através de concurso aos chefes de família que teriam idades compreendidas entre os 21 e os 40 anos desde que *“ estivessem compreendidos numa das seguintes categorias:*

- empregados, operários ou outros assalariados que fossem sócios dos Sindicatos Nacionais
- funcionários do Estado, civis e militares, dos corpos e corporações administrativas e operários dos respectivos quadros permanentes”³⁵

A prestação das casas era avaliada de acordo com o rendimento de cada família *“ o custo das casas económicas obedecerá ao princípio de as respectivas prestações se deverem comportar dentro das possibilidades do adquirente”*³⁶, bem como do nº do agregado familiar. Deste modo serão criadas casas com diferentes classes, onde variava o tipo de habitação bem como o nº de divisões e respectivas áreas, de acordo com a família que iria ocupar a habitação, tal como refere Duarte Pacheco, Ministro das Obras Publicas numa conferência em 1934: *“A circunstância de a prestação mensal estar relacionada com o salário familiar obriga naturalmente a considerar diversas classes de casas económicas diferentes categorias de salários familiares e aquela outra que provem de uma mesma moradia económica não poder satisfazer a família em todas as fases do seu natural crescimento, em condições morais e de higiene aceitáveis, determina, que por sua vez, a criação de vários tipos de casas económicas, em correspondência com os graus de composição do agregado familiar.*

*No diploma que o Governo publicou foram tomadas, por agora, somente duas classes de moradias - a Classe A, correspondente a salários familiares até 20\$, e a classe B para salários compreendidos entre 20\$ e 45\$, e dentro de cada uma delas três tipos: um especialmente destinado a casais sem filhos, outro a casais com filhos pouco numerosos e ainda outro a casais com filhos de dois sexos ou com filhos numerosos de um só sexo, designados respectivamente por 1º, 2º e 3º.”*³⁷

Mais tarde, em 1943, foram introduzidas duas novas classes C e D como refere Manuel C. Teixeira: *“habitações maiores e de melhores acabamentos e claramente destinadas às classes médias, com rendimentos mais altos”*³⁸

³³ MATOS, Fátima Loureiro de, “ A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio”, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2001

³⁴ FERNANDES, Castro, Boletim do INTP, Ano XIV, nº 1, 14/6/1974: 187/188

³⁵ MATOS, Fátima Loureiro de, “ A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio”, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2001

³⁶ Artigo 12º, nº 2 do Decreto-Lei 23052 de 1933

³⁷ Boletim do INTP, Ano I, n.º5, 30/1/1939

³⁸ TEIXEIRA, Manuel C. - “As estratégias de Habitação em Portugal, 1880-1940”, in *Análise Social*, Vol XXVII, nº 115, 1992

Quando terminadas as prestações, a que aquando a aquisição da casa o adquirente da mesma se comprometeria a pagar, este, passaria a ser o seu efectivo proprietário.³⁹ Esta seria a política defendida pelo governo, a promoção da casa própria.

O programa das casas económicas criou habitação para as famílias mais carenciadas em vários pontos do país, essencialmente em aglomerados urbanos em crescimento, tais como Lisboa, Porto, Braga, Bragança, Olhão, Viana do Castelo, Covilhã, Coimbra, Guimarães.

Quadro I: Casas Económicas segundo Cachulo da Trindade, Fonte: Baptista Luis, V

Designação e localização dos bairros	Anos	Número de moradores		
		Adquirentes	Pessoas de família	Total
<i>Distrito de Lisboa</i>				
Bairro do Arco do Cego	1935	445	1 297	1 742
Bairro da Ajuda	1934	243	703	946
Bairro do Alto da Ajuda	1938	256	848	1 104
Bairro do Alto da Serafina	1938	214	655	869
Bairro das Terras do Forno	1938	200	641	841
Bairro Madre de Deus	1944	472	1 884	2 355
<i>Distrito do Porto</i>				
Bairro do Ilhéu	1935	51	176	227
Bairro das Condominhas	1936	98	333	431
Bairro do Ameal	1938	291	756	1 047
Bairro da Azenha	1938	112	346	458
Bairro dos Paranhos	1939	171	522	698
Bairro de Ramalde	1941	97	373	540
Bairro de Contumil	1942	161	473	634
Bairro de Costa Cabral	1942	213	643	884
<i>Outros distritos</i>				
Bairro de Braga	1939	70	415	537
Bairro de Bragança	1936	24	70	94
Bairro de Olhão	1938	63	211	274
Bairro de Portimão	1936	98	334	432
Bairro de Viana do Castelo	1938	62	196	258
Bairro de Vila Viçosa	1936	76	231	307
Bairro de São João da Madeira	1938	32	107	139
Bairro de Coimbra	1941	41	131	176
Bairro da Covilhã	1940	49	213	282
Bairro de Guimarães	1941	77	237	314
Totais		3 769	11 820	15 589

³⁹ BAPTISTA, Luís V., “Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas em Lisboa”,



Fig. 18. Bairro da Encarnação, segundo momento Lisboa,
Fonte: Marques, Inês Maria Andrade

3.4.2 O Programa das Casas Desmontáveis

Apesar das políticas de habitação do Estado Novo e da criação do Programa das Casas Económicas, ainda havia um grande número de famílias de baixos recursos que não tinham a possibilidade de aceder a uma habitação. A habitação construída não era suficiente para a elevada procura. Foi neste sentido que o governo decidiu criar um novo programa, para resolver a situação precária destas famílias. Com o Decreto-Lei nº 28912, de 12 de Agosto de 1938, foi implementado o Programa das Casas Desmontáveis.

Este programa tinha por fim dar alojamento as famílias mas a título provisório. As famílias morariam nas casas desmontáveis até se obterem uma morada numa Casa Económica. Como refere o Decreto-lei 28912 “ (...) *julga-se conveniente e mesmo necessário que se procure dar abrigo aceitável, em pequenas casas higiénicas de construção precária, a grande número de pessoas que nos grandes centros vivem em condições arrepiantes e que não podem aspirar à casa económica.*

Mas pondera-se que esse não é o caminho a seguir com carácter definitivo.”⁴⁰

Pelo seu carácter provisório as Casas Desmontáveis eram construídas com materiais pouco duráveis que permitissem que as casas pudessem ser posteriormente demolidas.

Relativamente à habitação o modelo que procurava construir seria a moradia com pequeno jardim ou quintal. Assim o refere o seguinte autor: “ *Construídas em “Lusalite”, segundo o modelo das “casas desmontáveis”, foram implantadas em banda, as pequenas casas tinham um terreno com poucos metros quadrados, como quintal abertos para a rua, para possibilitar o isolamento e simultaneamente a convivência ao ar livre (...)*”⁴¹

Este modelo de habitação construída em serie e para grande número de habitantes mostraria a grande capacidade de concretização do Estado no plano habitacional.

⁴⁰ Decreto-lei nº 28912 de 12 de Agosto de 1938, referência do livro de BAPTISTA, Luís V., “Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa”, Editora Celta

⁴¹ PINTO, Joaquim, “ O Bairro da Boavista”, <http://www.scribd.com/doc/26388478/Bairro-Da-Boavista>

Em Lisboa foram construídos os bairros de casas desmontáveis Quinta da Calçada, Furnas e Boavista.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, a política habitacional foi reformulada devido às consequências económicas e sociais causadas pela guerra. Assim, o Programa das Casas Desmontáveis, que inicialmente tinha surgido como habitação provisória, passa a ter carácter definitivo, com o Decreto-lei nº 33278. Esta tomada de decisões é assumida porque este modelo habitacional conseguia albergar um grande número de pessoas da forma mais barata.⁴²



Fig. 20 Bairro de Boavista, Lisboa, Fonte: <http://www.scribd.com/doc/26388478/Bairro-Da-Boavista>



Fig. 19 Bairro de Boavista, Lisboa - sala Fonte: <http://www.scribd.com/doc/26388478/Bairro-Da-Boavista>

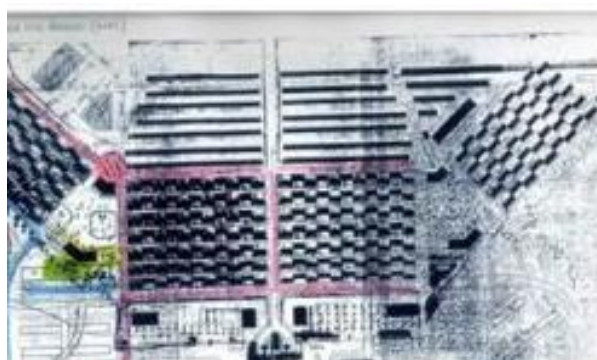


Fig. 21 Bairro de Boavista, Lisboa - Implantação, Fonte: <http://www.scribd.com/doc/26388478/Bairro-Da-Boavista>

⁴² Marques, Inês Maria Andrade, “A Sereia, a Varina e o Governador de Macau INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS E ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIROS DE CASAS ECONÓMICAS DE LISBOA”,

3.4.3 O Programa das Casas de Renda Económica

O final da Segunda Guerra Mundial e crise que com esta se alastrou veio influenciar o programa das Casas Economias. A crise económica sentida provocou o encarecimento dos terrenos destinados para a expropriação e construção das casas. Os elevados preços dos materiais e terrenos para a construção das casas económicas levou o governo a incentivar a construção das casas económicas por empreiteiros privados, procurando, de uma certa forma, descartar a responsabilidade que tina até então.

Outro factor que levou ao surgimento de um novo programa de habitação foi a morte prematura do Ministro das Obras Públicas de então, Duarte Pacheco. *“ Depois da morte de Duarte Pacheco tinha-se passado de um sistema quase perfeito do ponto de vista de coordenação de esforços e de cooperação entre instituições, a uma situação de desmembramento institucional e de fragmentação dos poderes”*⁴³

O programa das casas económicas começava a mostrar-se ineficaz e nesta altura o governo cria um novo programa, o Programa das Casas de Renda Económica, que funcionaria em simultâneo com o Programa das Casas Desmontáveis, programa este que o governo considerava eficaz e como modelo a seguir agora denominado Programa das Casas para Famílias Pobres.⁴⁴

Este novo programa que se viria sobrepor ao Programa das Casas Económicas foi introduzido pela promulgação da Lei nº 2007 de 7 de Maio de 1945. Contrariamente ao Programa das Casas Económicas a habitação seria obtida mediante o pagamento de renda, sendo que o morador da casa não obteria o título de proprietário tal como acontecia no anterior programa. Para além dessa transformação, o módulo unifamiliar com o terreno destinado para horta, adoptado no Programa das Casas Económicas seria abandonado e o módulo eleito seria o módulo plurifamiliar.⁴⁵ Estas construções plurifamiliares teriam no máximo até três pisos.⁴⁶

Uma figura fundamental neste programa será a de Nuno Teotónio Pereira tornando-se a partir dos anos 50 o principal promotor público de Habitação social.⁴⁷

Nuno Teotónio Pereira irá participar, ainda como estudante, na construção do primeiro bairro de renda económica, edificado em Lisboa, o Bairro de Alvalade, como refere a autora Maria Tavares: *“Como figura fundamental pelo empenho que demonstra, Nuno Teotónio Pereira entra ainda como estudante para trabalhar directamente no Bairro de Alvalade como assessor de Miguel Jacobetty, fazendo assistência às obras que então se iniciam. Segundo o próprio, o Bairro de Alvalade é a “rampa de lançamento” das HE [Habitações*

⁴³ Marques, Inês Maria Andrade, “A Sereia, a Varina e o Governador de Macau INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS E ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS DE LISBOA”,

⁴⁴ Marques, Inês Maria Andrade, “A Sereia, a Varina e o Governador de Macau INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS E ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS DE LISBOA”,

⁴⁵ FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase, Covilhã”

⁴⁶ Marques, Inês Maria Andrade, “A Sereia, a Varina e o Governador de Macau INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS E ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIRROS DE CASAS ECONÓMICAS DE LISBOA”,

⁴⁷ TAVARES, Maria, “ Um percurso da Habitação em Portugal: o caso da Federação da Caixa de Previdência - Habitações Económicas”

Económicas], com a construção inicial de 2 das 8 células constituintes do plano de Faria da Costa. É a primeira realização feita com capitais da previdência na habitação.”⁴⁸



Fig. 23 Bairro de Alvalade, Lisboa, Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=563620>



Fig. 22 Bairro de Alvalade, Lisboa, Fonte: <http://aen.com.sapo.pt/Nacional/obras.html>

Destaca-se também na cidade de Lisboa o Bairro dos Olivais da autoria dos arquitectos Nuno Portas, Nuno Teotónio Pereira e António Pinto Freitas. Este bairro, que venceu o Prémio Valmor de 1968, torna-se inovador ao ser criado, como Baptista Coelho denomina, um “bairro jardim”⁴⁹. No bairro foram projectados espaços verdes e praças formados pela disposição dos blocos habitacionais.



Fig. 25 Bairro dos Olivais, Lisboa, Fonte: <http://www.vitruvius.com.br>

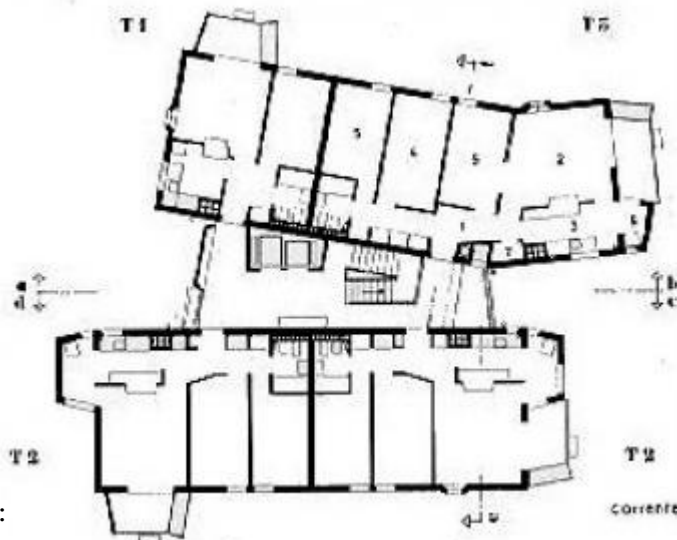


Fig. 24 Bairro dos Olivais, Lisboa - Planta, Fonte: <http://www.vitruvius.com.br>

⁴⁸ TAVARES, Maria, “ Um percurso da Habitação em Portugal: o caso da Federação da Caixa de Previdência - Habitações Económicas”

⁴⁹ BAPTISTA, António Coelho “Sobre a integração da arquitectura modernista: Algumas notas introdutórias a propósito do tema da integração da arquitectura modernista habitacional do bairro de Olivais Norte – Encarnação, em Lisboa” in www.infohabitar.blogspot.com

Na cidade do Porto destaca-se o Bairro de Ramalde da autoria de Fernando Távora, construído pela Federação das Caixas de Previdência. Segundo o arquitecto Francisco Barata, este considera que o Bairro de Ramalde estabelece “ a primeira referência às propostas do movimento moderno no âmbito da habitação económica”⁵⁰ Citando António Baptista Coelho “Em Ramalde valorizaram-se excelentes blocos multifamiliares, que foram objecto de um projecto extremamente bem pormenorizado, num amplo jardim urbano pouco formal; e revelou-se, entre nós, uma nova forma de fazer cidade em íntima relação com o verde urbano, bem dentro da ligação com a doutrina modernista, mas atenção, com uma escala humana fortíssima.”⁵¹



Fig. 27 Bairro de Ramalde, Porto, Fonte: www.infohabitar.blogspot.com



Fig. 26 Bairro de Ramalde, Porto, Fonte: www.infohabitar.blogspot.com

O programa das casas de renda económica prolongar-se-á até a década de 60, numa altura em que o Plano Intercalar de Fomento pela primeira vez intervirá no campo da habitação social. “Na sequência dos dois planos de fomento já iniciados na década anterior, o Plano Intercalar de Fomento para o triénio 1965/1967 vai dedicar pela primeira vez um capítulo à habitação.”⁵²

⁵⁰ Coelho, António Baptista “ Sentido do Lugar I- Em memória de Fernando Távora in www.infohabitar.blogspot.com

⁵¹ Coelho, António Baptista “ Sentido do Lugar I- Em memória de Fernando Távora in www.infohabitar.blogspot.com

⁵² BAPTISTA, Luís V., “Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa”, Editora Celta

Capítulo 4

4. Enquadramento histórico na cidade da Covilhã:

4.1 Enquadramento espaço-temporal

A Covilhã é uma cidade portuguesa que se situa na encosta Este da Serra da Estrela, localizada na Beira Interior, a cerca de 700 metros de altitude. Encontra-se confrontada entre duas ribeiras: a ribeira Degoldra e a ribeira Carpinteira, e banhada pelas margens do rio Zêzere. A sua localização geográfica montanhosa e as margens dos leitos de água que a circundam irão influenciar a sua história ao longo dos tempos. Citando Casimiro Santos “*A Covilhã tem a seus pés um vale fértil, a Cova da Beira, e a água das suas ribeiras é abundante. Vigia o vale lá do alto. Vê chegar quaisquer invasores, qual ninho de águias sobre um rochedo*”⁵³

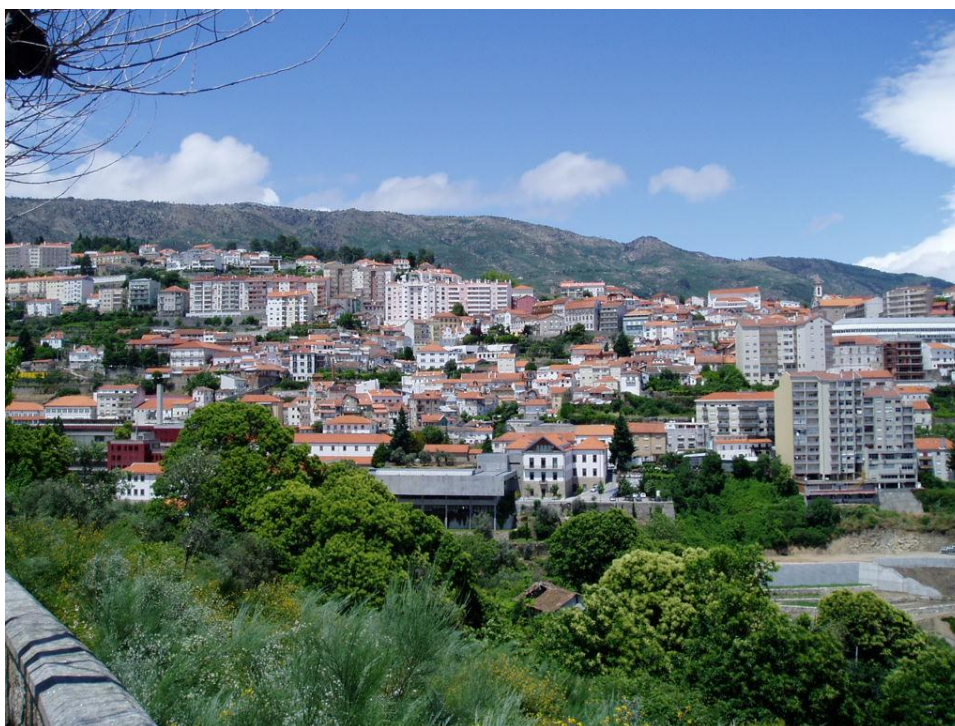


Fig. 28 Covilhã, vista geral, Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

4.2 A Covilhã na Pré-História

Estudos arqueológicos foram feitos e confirmam que as terras da região haviam sido ocupadas em tempos pré-históricos ainda que primeiramente junto às margens do rio, nomeadamente no cultivo das terras. “*A existência de inúmeros castros, verdadeiras sentinelas e postos de*

⁵³ SANTOS, Casimiro, “*Análise do Foral e Algumas Conclusões*”, in <http://historia-esfhp.blogspot.com>

*defesa, mostra que por ali passaram vários povos da pré-história que se foram instalando devido às boas condições de subsistência.”*⁵⁴

As terras férteis, as linhas de água e a proximidade da Serra da Estrela permitiam que as primeiras sociedades obtivessem a agricultura, pesca e caça necessárias para a sua fixação.

4.3 A Covilhã na Época Romana

A história da Covilhã enquanto núcleo urbano remonta à época romana tendo sido um castro, conhecida por Cava Juliana ou Sicília Hermínia.

A Covilhã tornou-se num ponto de passagem de vários povos, devido à sua localização próxima da fronteira. Estudos feitos referem que durante a romanização em Portugal, foram construídas várias vias romanas, inclusivamente foram encontradas vias na Serra da Estrela orientadas a Este para evitar o gelo. “*Escavações, em curso, apontam para a existência de uma importante colónia - povoação romana - que ultrapassa a simples passagem de expedições militares. As vias romanas que se encontram por toda a parte e até na Serra, viradas para nascente, para evitar o gelo, são outra demonstração clara da sua existência.*”⁵⁵

4.4 A Covilhã na Idade Média

A Covilhã desde a Antiguidade se tornou num ponto de cruzamento de estradas e de caminhos.⁵⁶ Desde tempos remotos a Covilhã foi um local de passagem de vários comerciantes que passariam pela Covilhã, pela conhecida Rota da Lã. “*A indústria dos lanifícios, entretanto, ia começando a tomar forma. Há que ter em conta que, por aqui, se deslocavam vindos de Espanha, almocreves que levavam lãs de Tomar, seguindo uma via romana que passava por Paúl, Casegas, Sobral de São Miguel... Era conhecida como a Estrada da Lã.*”⁵⁷

Durante a Idade Média a Covilhã foi palco de lutas motivadas pelos ataques dos mouros que a conquistaram e reconquistaram por diversas vezes. Este motivo os seus habitantes criassem o seu próprio município, com o intuito de criarem forças defensivas no ataque às suas terras. “*Estes factos levaram a que as gentes da Covilhã criassem o seu próprio município, segundo Herculano, para se organizar e defender. Alexandre Herculano refere que a Covilhã se organizara municipalmente “imitando os concelhos mais próximos, que tinham o foro de Salamanca e conservando o seu sistema de magistraturas, ainda alguns anos depois do foral de Ávila”*”.⁵⁸

Foi durante o reinado de D. Sancho I que a Covilhã se elevou a vila através do Foral, em Setembro de 1186, concedida pelo mesmo rei.

⁵⁴ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁵⁵ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁵⁶ SANTOS, Casimiro, “*Análise do Foral e Algumas Conclusões*”, in <http://historia-esfhp.blogspot.com>

⁵⁷ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁵⁸ SANTOS, Casimiro, “*Análise do Foral e Algumas Conclusões*”, in <http://historia-esfhp.blogspot.com>

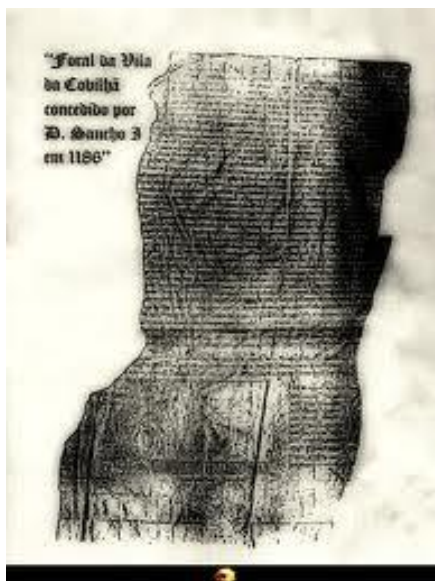


Fig. 29 Carta de Foral, Fonte:
<http://historia-esfhp.blogspot.com>

Os limites do concelho, marcados no Foral, estendiam-se até Castelo Branco e até ao Tejo “Os limites do alfoz (concelho), definidos pelo Foral, incluíam Castelo Branco e iam até o Tejo, Porta de Ródão.” A carta do Foral para além de trazer liberdade à Covilhã abria portas a todos os que quisessem residir na vila. “ (...) o rei D. Sancho dizia no início: queremos restaurar e povoar a Covilhã. Por isso há um conjunto de incentivos à fixação de população: concedemos durante que todo o cristão ainda que servo que habitar na Covilhã durante um ano fique livre e ingénuo ele e a sua descendência.”⁵⁹

⁵⁹ SANTOS, Casimiro, “Análise do Foral e Algumas Conclusões”, in <http://historia-esfhp.blogspot.com>

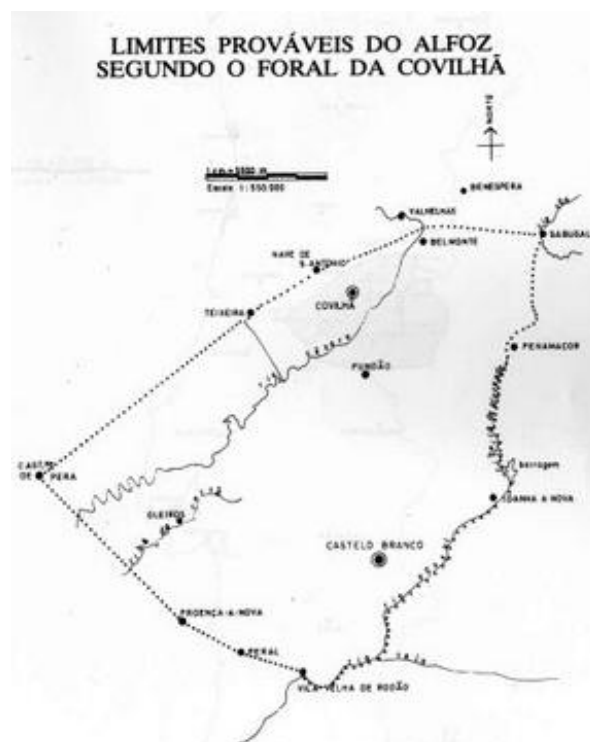


Fig. 30 Limites do concelho da Covilhã, Fonte: <http://historia-esfhp.blogspot.com/>

D. Sancho I foi também o rei que mandou construir as muralhas da cidade. Mais tarde, durante o reinado de D. Dinis serão construídas as muralhas das Portas do Sol.



Fig. 31 Muralhas da cidade da Covilhã, Fonte: <http://historia-esfhp.blogspot.com/>

Durante a Reconquista aos mouros a Covilhã tornou-se refúgio do rei e da corte real.

É durante o reinado de D. Sancho I que se começa a desenvolver na Covilhã a arte dos lanifícios, desenvolvida por uma comunidade judaica que se instalou na vila, tendo aí permanecido até ao séc. XV.⁶⁰ Este desenvolvimento da especialização no trabalho dos tecidos de lã é inclusivamente relatado por Gil Vicente no seu trabalho quando refere “os muitos panos finos”.

Assim a Covilhã ia atingindo uma notoriedade tal, que “era já na Idade Média uma das principais “vilas do reino””.⁶¹

4.5 A Covilhã no Renascimento

Quando surge o Renascimento em Portugal, a Covilhã era uma vila que ia estava em franco crescimento. A população vinha a aumentar assim como a economia mostrava que se estava a desenvolver sobretudo nos sectores de agricultura, pastorícia, fruticultura e floresta. Também a indústria e o comércio dos lanifícios mostram provas do seu desenvolvimento. Este desenvolvimento da especialização no trabalho dos tecidos de lã é inclusivamente relatado por Gil Vicente no seu trabalho, em 1527 quando refere “*E Covilhan muitos pannos Finos que se fazem lá*”.⁶² O comércio era de tal forma importante que se verifica nas ruas da cidade que vinham todas dar à praça do município. “*As ruas que vão desaguar na Praça do Município, de qualquer um dos pontos cardeais, denotam a importância do comércio e do trabalho. As dezenas e dezenas de casas com porta larga e estreita - uma entrada para a casa e outra, a larga, para a oficina mostram essa importância.*”⁶³



Fig. 32 Praça do Município - Covilhã, Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁶⁰ ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral, “Arquitectura Popular - Arquitectura Estado Novo”, trabalho académico realizado no âmbito da cadeira de História de Arquitectura, coordenada pelo Professor Michael Mathias

⁶¹ <http://caminhosdacovilha.wordpress.com>

⁶² <http://caminhosdacovilha.wordpress.com>

⁶³ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

No momento em que os portugueses partiram para os Descobrimentos, a Covilhã foi uma vila que contribuiu com recursos económicos, mas também ficou conhecida pelos homens da terra que partiram além-mar.

O infante D. Henrique terá vivido na Covilhã, e terá sido “o senhor da Covilhã”⁶⁴

Em 1415 iniciam-se as viagens e conquistas, nomeadamente a conquista de Ceuta. Nessa conquista esteve presente Frei Diogo Alves da Cunha.

Mas a presença de covilhanenses nos Descobrimentos não se ficou por aqui, Pêro da Covilhã foi o primeiro português que chegou a Moçambique preparando o Caminho marítimo para a Índia.

Segue-se depois as figuras de João Ramalho e Fernão Penteado.

Dos missionários que partiram, destacam-se Beato Francisco Alvares, morto no Brasil; frei Pedro da Covilhã, capelão da expedição de Vasco da gama para a Índia; o padre Francisco Cabral e o Padre Gaspar Pais.

Destacam-se também os dois notáveis irmãos Rui e Francisco Faleiro, pelos seus conhecimentos náuticos.

No campo da literatura destaca-se Frei Heitor Pinto com a obra de sua autoria “Imagem da Vida Cristã.”

4.6 A Covilhã e a Industria Têxtil

Como se tem visto, desde tempos passados a Covilhã tem se dedicado à indústria dos lanifícios. O fácil recurso a matérias-primas permitiu que a indústria dos lanifícios se fosse desenvolvendo a partir do séc. XII de tal maneira que a Covilhã chegou até ser considerada a capital portuguesa de produção de lã. Citando Paulo Jesus *“A história da Covilhã está indissociavelmente ligada a todo este espaço, rico de diversidades e propicio a uma auto - subsistência que era garantida pelas actividades agro - pastoris, pela caça, pela pesca nos rios e ribeiros, pelo abastecimento de lenhas e pela abertura à penetração mercantil. Foram estes condicionalismos naturais que justificaram que, a partir de finais do século XII, os homens se fossem aperfeiçoando na prática dos lanifícios.”*⁶⁵

De facto, quer a sua localização montanhosa (*“ (...) a montanha propiciando ao gado pastos naturais”*⁶⁶), quer as ribeiras que confinavam com a Covilhã (*“ (...) a energia indispensável ao seu desenvolvimento foi fornecida pelo fácil acesso e utilização de água e das lenhas”*⁶⁷.) foram importantes no futuro desenvolvimento das indústrias têxteis na vila e posteriormente cidade.

⁶⁴ <http://caminhosdacovilha.wordpress.com>

⁶⁵ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁶⁶ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁶⁷ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>



Fig. 33 Empresa Transformadora de Lãs, Lda., Covilhã, Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

Em 1677, o 3º Conde da Ericeira, D. Luís de Meneses, ordena a construção da Real Fábrica Velha, ou também conhecida por Fábrica das Sarjas e Baetas, construída junto da ribeira da Carpinteira. Esta fábrica foi das primeiras fábricas a ser construída por ordem Régia, aplicando a “Pragmática” de 1677. A “Pragmática” consistia na aplicação de medidas que impediam a utilização de planos estrangeiros, dando a Portugal uma menor dependência de países estrangeiros, nomeadamente de Inglaterra e Holanda.⁶⁸ Esta fábrica tinha como propósito tornar a produção doméstica de pequenas oficinas, numa produção manufactureira, para tal, conde mandou vir técnicos estrangeiros, sobretudo de Inglaterra, para transmitir os seus conhecimentos (*“5 estampadores, 4 tecelões, 2 mulheres que fiavam e oficiais de tinturaria”*)⁶⁹. Assim, esta fábrica foi também a primeira fábrica - escola. Pouco tempo depois, existiam na vila da Covilhã 400 oficiais e 17 teares.⁷⁰ Em 1710, D. João V, ordenou que as fardas do exército português fossem todas produzidas na Covilhã.

Em 1763, o Marques de Pombal, decide criar a Real Fábrica dos Panos, junto à ribeira da Degoldra. A construção desta fábrica vem valorizar ainda mais as indústrias da vila da Covilhã e as potencialidades dos recursos naturais da vila. *“Pombal cria Superintendência das fábricas de lanifícios que valorizou os centros beirões, em especial na Covilhã e no Fundão. Do estrangeiro manda vir tecedeiros e tintureiros, seguindo o exemplo do Conde da Ericeira, que abriu e desenvolveu fábricas e teares.”*⁷¹

⁶⁸ <http://www.cm-covilha.pt>

⁶⁹ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁷⁰ <http://www.arqueobeira.net/historialocal/historiacovilha.htm>

⁷¹ JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>



Fig. 34 Real fábrica dos Panos, Covilhã, Fonte: <http://mafiadacova.blogspot.com>

Em 1764, é criada a Real Fábrica de Lanifícios.

A 20 de Dezembro de 1864, cria-se a Escola Industrial por deliberação do Ministério das Obras Publicas. Este espaço de formação será mais tarde desenvolvido com a criação do curso de engenharia na Universidade da Beira Interior.

No início do séc. XIX, a indústria em Portugal era ainda manual e assim permaneceu até por volta de 1850, quando Portugal adquiriu a primeira máquina a vapor. Nesta altura os grandes centros industriais em Portugal eram Lisboa, Porto, Portalegre e Covilhã, sendo que a Covilhã era o centro industrial que registava um maior número de indústrias de lanifícios.⁷²



Fig. 35 Fábrica Campo Melo & Irmão, Lda, Covilhã, Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁷² ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral, “Arquitectura Popular - Arquitectura Estado Novo”, trabalho académico realizado no âmbito da cadeira de História de Arquitectura, coordenada pelo Professor Michael Mathias

Em 1891 é inaugurado o troço da linha de caminhos-de-ferro da Beira Baixa entre Covilhã e Abrantes contribuindo para o desenvolvimento da cidade facilitando a ligação entre a Covilhã e o resto do país.

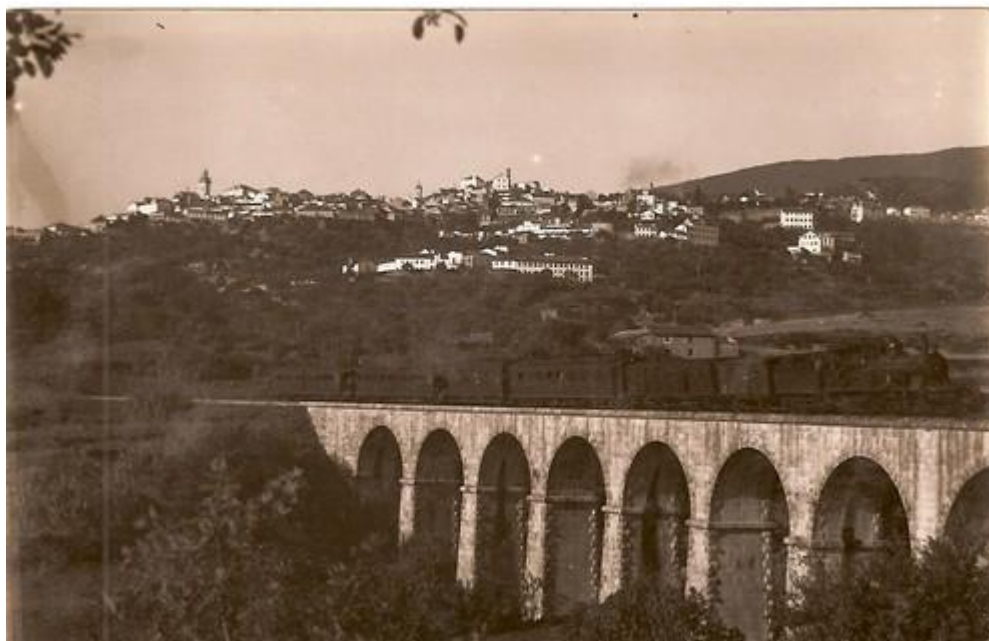


Fig. 36 Caminhos de Ferro, Covilhã, Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

Como se tem vindo a constatar, a vila da Covilhã cada vez mais tem vindo a ganhar relevo e importância, em Portugal. Desta forma, a 20 de Outubro de 1870, o rei D. Luís eleva a vila da Covilhã à condição de cidade. “ *Attendendo a que a mesma Villa é uma das Povoações do Reino que mais se tem distinguido pela fecunda iniciativa de seus habitantes na fundação e aperfeiçoamento de muitos importantes estabelecimentos fabris, cujos productos podem já disputar primazia com os das fabricas estrangeiras mais acreditadas pelo seu desenvolvimento industrial.*” ⁷³

No final do séc. a Covilhã era já uma cidade que registava um grande desenvolvimento industrial mas também populacional. Durante o processo de industrialização a classe operária mostrava um crescimento considerável.

Como consequência deste crescimento populacional surgem, tal como em outras cidades industriais do país, os problemas habitacionais. As populações que chegam à cidade procuram habitação para os seus rendimentos o que na maioria dos casos se torna quase impossível. Por este motivo vão se alojar em espaços insalubres e de dimensões reduzidas. Com estas

⁷³“ Carta Régia de D. Luís I elevando a vila da Covilhã à categoria de cidade”, JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

péssimas condições de vida das famílias operárias serão criados bairros de habitação social que permitam dar melhores condições de vida e de saúde às famílias.

Alguns destes bairros criados na cidade serão bairros inseridos nas políticas habitacionais do Estado Novo, nos programas de habitação económica criados por este governo.

Capítulo 5

5. Programas habitacionais do Estado Novo na Covilhã

5.1 Os Bairros Sociais Inseridos nos Programas de Habitação.

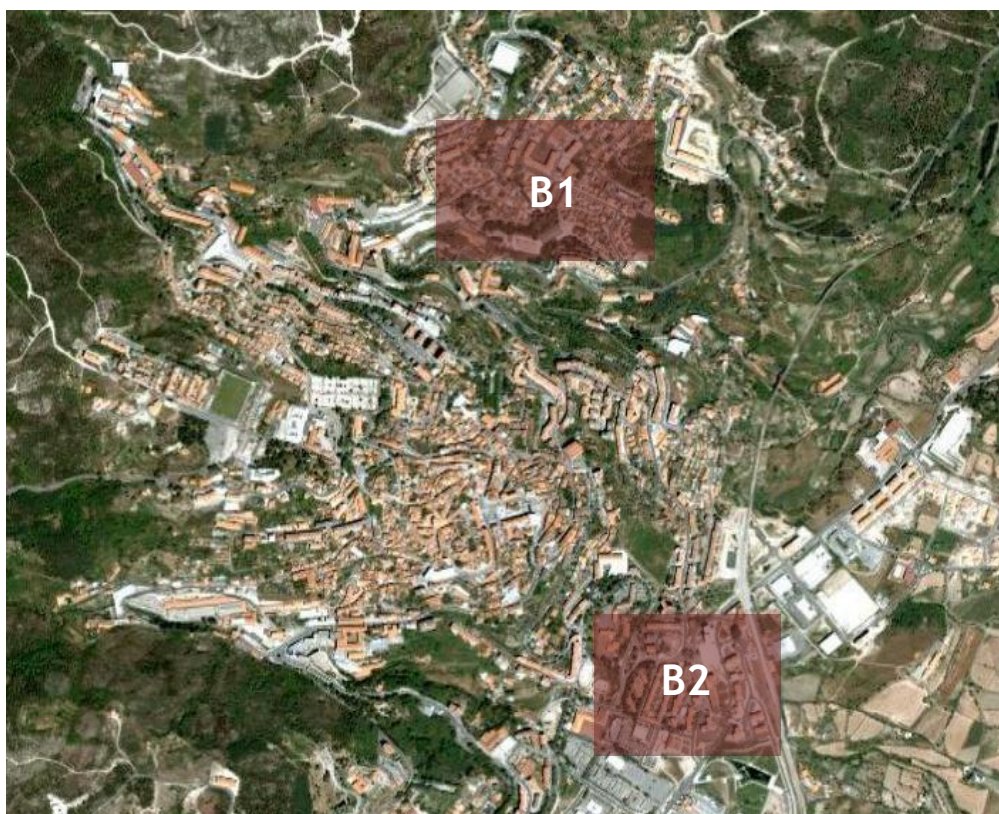


Fig. 37 Identificação dos bairros, Fonte: Google Earth
B1- Bairro dos Penedos Altos, B2- Bairro da Estação

5.2 O bairro dos Penedos Altos e Programa das Casas Económicas

5.2.1 Identificação do bairro



Fig. 38 Identificação do bairro, Fonte: Google Earth
B1- Bairro dos Penedos Altos



Fig. 39 Implantação do Bairro, Fonte: Google Earth

5.2.2 Caracterização do bairro



Fig. 40 Bairro dos Penedos Altos, Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

O bairro do Penedos Altos localiza-se na zona mais a norte da cidade da Covilhã, junto à ribeira da Carpinteira.

Este bairro foi o primeiro bairro social inserido nos programas habitacionais de Estado Novo, designadamente no Programa das Casas Económicas e teve o patrocínio na Federação da Providência da Indústria.

“No diário Popular, de 15 de Março, de 1957, pode ler-se quanto ao Bairro dos Penedos Altos: “Um bairro na Covilhã que progride com o auxílio dos seus moradores...Construído pelas Caixas de Previdência da Indústria ...Já se tinha edificado uma igreja para dar origem a uma freguesia...Mais de uma centena de famílias de várias classes sociais com serviço de transportes públicos”.⁷⁴

A sua construção passou por duas fases a primeira fase iniciou-se em 1949 e a segunda iniciou-se em 1949.

O bairro tem com equipamentos uma escola, uma igreja, um complexo desportivo e construída posteriormente a piscina municipal. A escola e a igreja são exemplos claros da arquitectura que se fazia durante o Estado Novo em todo o país. Edifícios caiados de branco com coberturas de telha cerâmica e com aplicação de elementos decorativos granito em volta das janelas e portas.

⁷⁴ FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase, Covilhã, mestrado em Engenharia Civil - Construção apresentada ao departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior.



Fig. 41 Igreja do Bairro dos Penedos Altos, Fonte: Paula Abreu

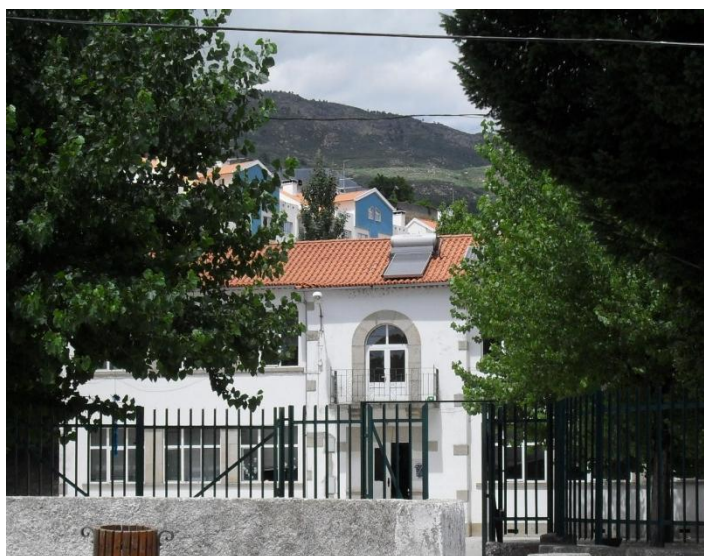


Fig. 42 Escola do Bairro dos Penedos Altos, Fonte: Paula Abreu

5.2.3 O Bairro dos Penedos Altos - 1ª Fase

A primeira fase do bairro dos Penedos Altos caracteriza-se por habitações unifamiliares de um só piso. Todas as habitações, tal como o programa previa, eram servidas de um pequeno quintal nas traseiras da casa ao se tem acesso através de uma porta lateral em cada casa.



Fig. 43 Bairro dos Penedos Altos, 1ª fase, Fonte: Paula Abreu



Fig. 44 Bairro dos Penedos Altos, 1ª fase, Fonte: Paula Abreu

Nesta primeira fase, construíram-se moradias de classe A e B com tipologias do tipo 1, 2 e 3 para casas com um, dois e três quartos, respectivamente. As áreas das casas rondavam entre os 35 m² e os 45 m² de acordo com o tipo.

5.2.3.1 O Bairro dos Penedos Altos - Desenhos técnicos

Habitacões do tipo 1:

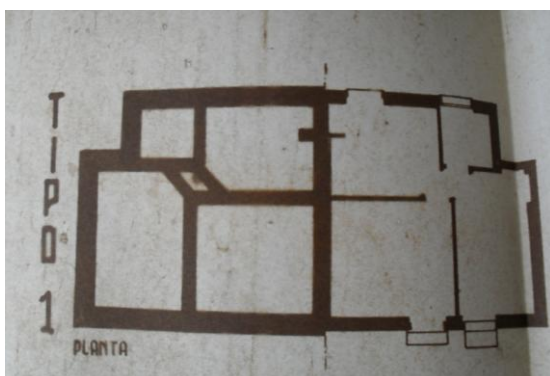


Fig. 46 Bairro dos Penedos Altos - Planta, Fonte: Arquivo Municipal

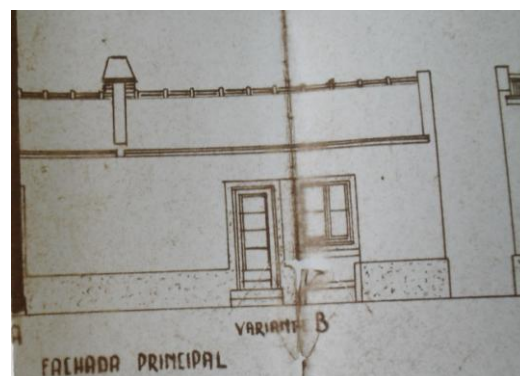


Fig. 45 Bairro dos Penedos Altos - Alçado principal, Fonte: Arquivo Municipal



Fig. 48 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Posterior, Fonte: Arquivo Municipal

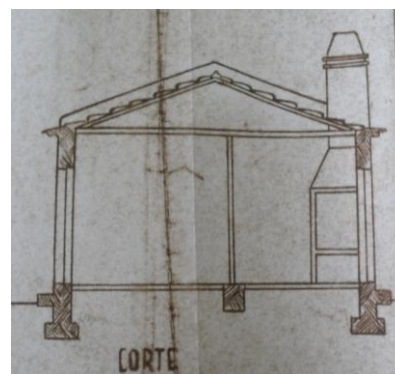


Fig. 47 Bairro dos Penedos Altos - Corte, Fonte: Arquivo Municipal

Habitacões do tipo 2:

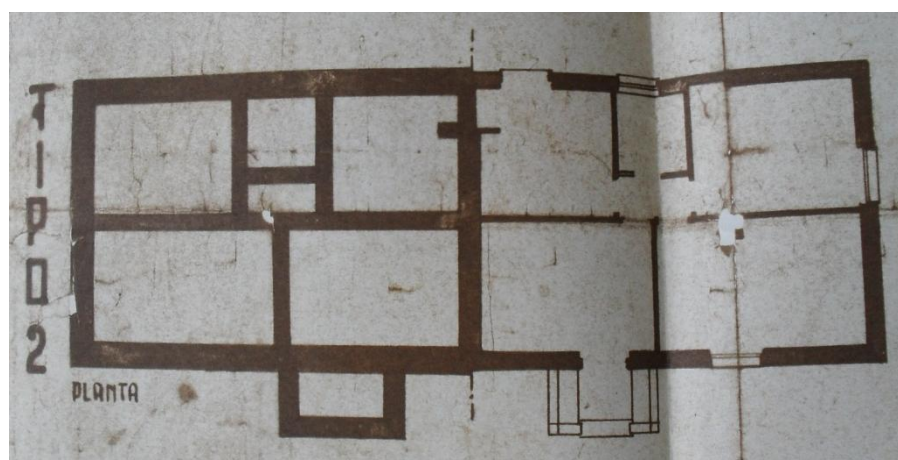


Fig. 49 Bairro dos Penedos Altos - Planta, Fonte: Arquivo Municipal

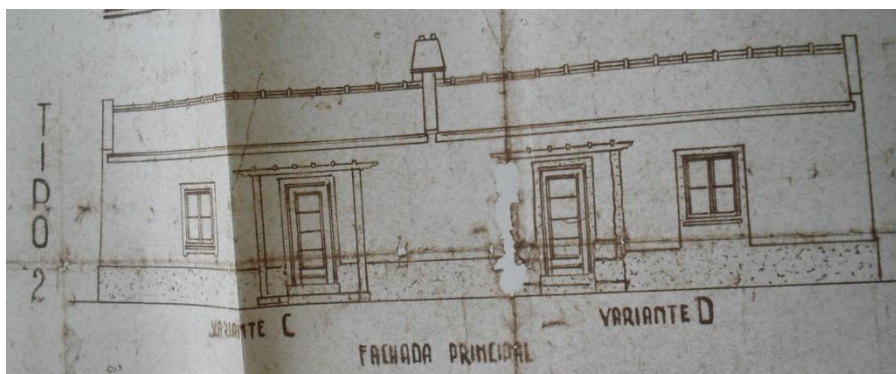


Fig. 50 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Principal, Fonte: Arquivo Municipal

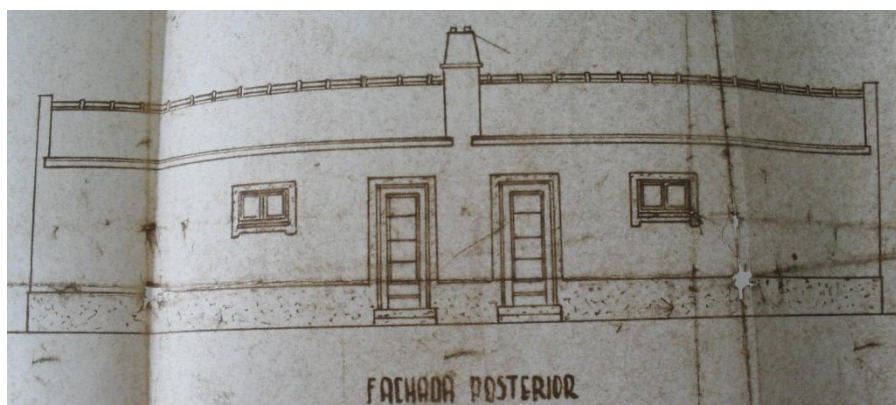


Fig. 51 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Posterior, Fonte: Arquivo Municipal



Fig. 52 Bairro dos Penedos Altos - Corte, Fonte: Arquivo Municipal

Habitções do tipo 3:

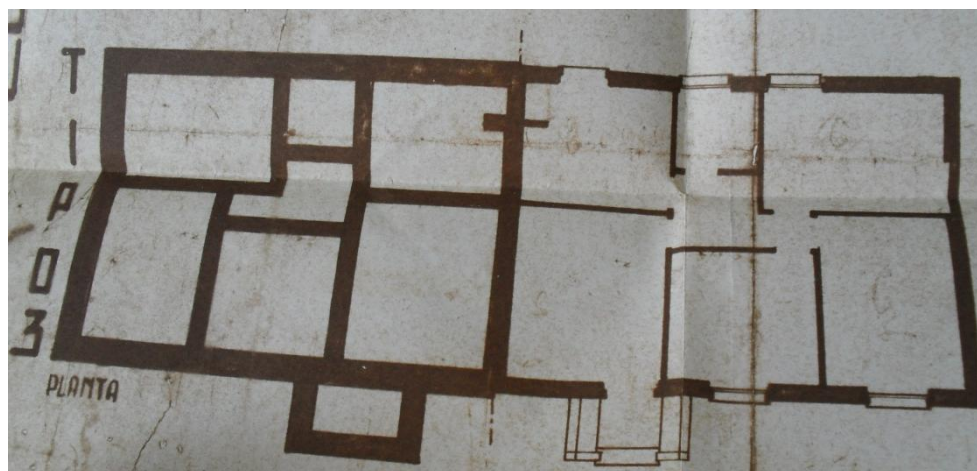


Fig. 53 Bairro dos Penedos Altos - Planta, Fonte: Arquivo Municipal



Fig. 54 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Principal, Fonte: Arquivo Municipal



Fig. 55 Bairro dos Penedos Altos - Alçado Posterior, Fonte: Arquivo Municipal

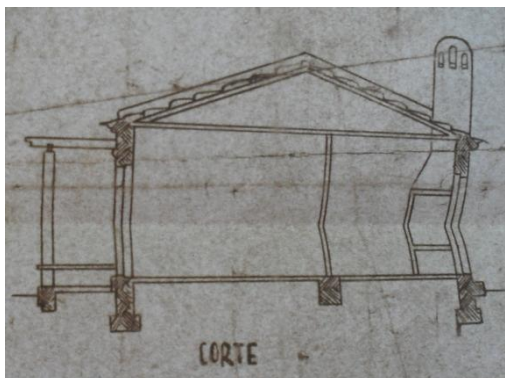


Fig. 56 Bairro dos Penedos Altos - Corte,
Fonte: Arquivo Municipal

5.2.4 O Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase

A segunda fase do bairro dos Penedos Altos irá ter dois momentos. O primeiro momento de construção situa-se na rua que dá ligação à igreja. Caracteriza-se pela construção de dois blocos que se desenvolvem simetricamente em relação ao eixo da via. Estes dois blocos tinham os pisos térreos destinados a comércio e os dois pisos superiores destinados à habitação. Tal como as casas da primeira fase também estes blocos eram servidos de um logradouro.



Fig. 57 Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase, 1º momento, Fonte: Paula Abreu



Fig. 58 Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase, 1º momento, Logradouro,
Fonte: Paula Abreu

No segundo momento de construção do bairro foram construídas 122 moradias, 116 de classe A e 12 de classe B.

As moradias construídas eram moradias geminadas de dois pisos com logradouro. No piso 0 estavam distribuídas as divisões mais sociais da casa: a sala, a cozinha, um pequeno hall e as escadas de acesso ao piso superior onde se encontravam os quartos e a casa de banho.

No exterior as moradias apresentam um pequeno telhado de abrigo na porta de entrada. Algumas das moradias apresentam um pequeno degrau para fazer face ao desnível de terreno. Um facto que se constatou neste bairro foi a forma como os moradores procuraram trazer aspectos da vida no meio rural neste novo bairro na cidade. Uma grande maioria dos moradores do, se não a totalidade, fizeram o pedido de licenciamento à Câmara Municipal para construírem um galinheiro e uma arrecadação para guardarem instrumentos agrícolas no logradouro da moradia, e ainda a colocação de latadas ao longo de todo o logradouro. Em muitas das moradias ainda hoje se encontram as latadas.



Fig. 59 Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase, 2º momento, Fonte: Paula Abreu



Fig. 60 Bairro dos Penedos Altos - 2ª Fase, 2º momento, Fonte: Paula Abreu



Fig. 62 Pormenor latada, Fonte: Paula Abreu



Fig. 61 Pormenor cobertura, Fonte: Paula Abreu



Fig. 64 Pormenor cobertura sobre porta, Fonte: Paula Abreu



Fig. 63 Pormenor Janela Lateral, Fonte: Paula Abreu



Fig. 65 Pormenor escada, Fonte: Paula Abreu

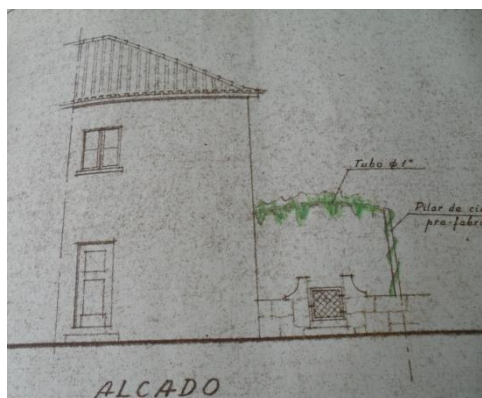


Fig. 66 Alçado principal, Fonte: Arquivo Municipal

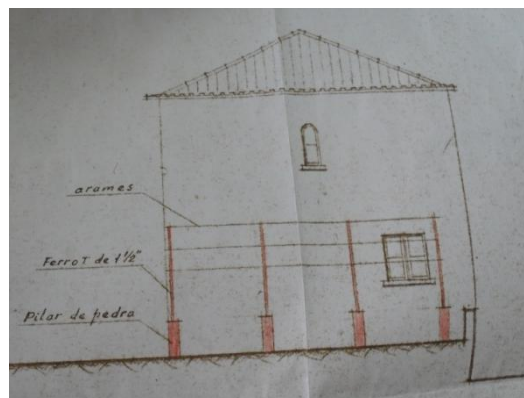


Fig. 67 Alçado lateral, Fonte: Arquivo Municipal

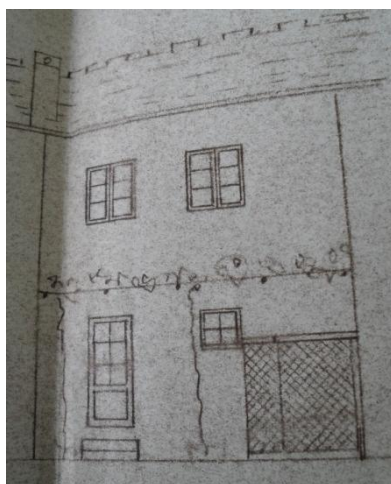


Fig. 68 Alçado posterior, Fonte: Arquivo Municipal

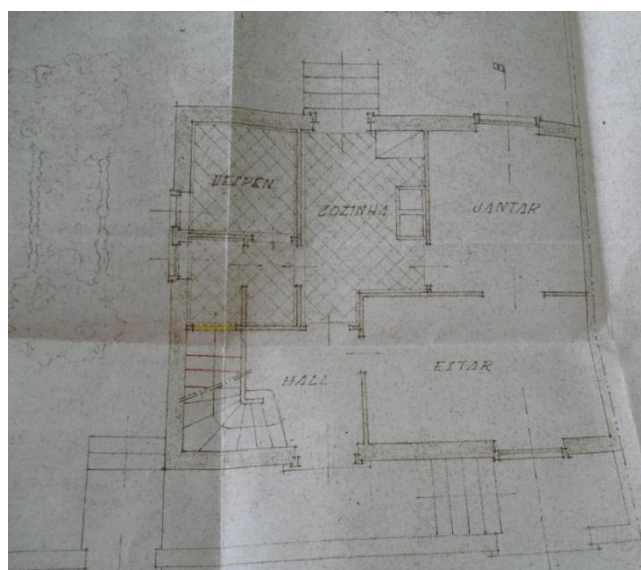


Fig. 69 Planta do piso térreo, Fonte: Arquivo Municipal

5.2.5 O Bairro no contexto urbano

O bairro dos Penedos Altos é um bairro que se encontra na margem, da ribeira da Degoldra, oposta ao centro da cidade. Apesar de próxima das fábricas, uma vez que a construção deste bairro seria para alojar os operários, é um bairro que se distancia do centro da cidade.

O bairro tem bons acessos e funciona quase como uma comunidade independente da cidade. Possui uma igreja, uma escola e espaços de comércio e lazer, uma extensa área verde.

Na sua relação com a malha urbana pode-se perceber que o bairro foi projectado tirar melhor partido do terreno e da orientação solar, tendo os equipamentos um espaço bem marcado no tecido urbano.

5.3 O bairro da Estação e Programa das Casas de Renda Económicas

5.3.1 Identificação do Bairro



Fig. 70 Planta de localização - B2- Bairro da Estação, Fonte: Google Earth



Fig. 71 Identificação das fases do bairro, Fonte: Google Earth
F1- Fase 1, F2 - Fase 2, F3- Fase 3

O bairro da Estação localiza-se a sudeste do centro da cidade, próxima da linha de caminhos-de-ferro. A sua localização é relativamente distante do centro da cidade mas próximo das novas construções, na parte mais plana da cidade. Aquando a sua construção, esta parte da cidade onde o bairro se encontra implantado era a periferia da cidade. Em volta destes terrenos não existia nada por essa razão ainda actualmente os moradores do bairro quando pretendem sair do bairro dizem que “vão à cidade”. *“A linguagem dos residentes é igualmente reflexo de um sentimento de periferização e de exclusão urbanas, que se reflecte na construção identitária e na construção subjectiva dessa mesma exclusão. A maioria das pessoas mais velhas do bairro continua a utilizar a expressão “ir à cidade” ou “ir à Covilhã”, para se referir a uma deslocação ao centro urbano.”*⁷⁵

A construção deste bairro foi promovida pela Federação das Caixas de Previdência e a sua iniciativa insere-se no Programa das Casas de Renda Económica, que procurava alojar as famílias operárias. O bairro caracteriza-se por blocos de habitação colectiva de três a quatro pisos.

Este bairro foi executado em três fases de construção bastante distintas entre si.

A primeira fase de construção inicia-se em 1955, a segunda fase inicia-se em 1961 e a terceira em 1963.

5.3.2 O bairro da Estação - 1ª Fase



Fig. 73 Bairro da estação 1ª fase, Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>



Fig. 72 Bairro da estação 1ª fase, Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

⁷⁵ AUGUSTO, Nuno Miguel, “Habitação social - da intenção de inserção à ampliação da exclusão”, IV Congresso Português de Sociologia.



Fig. 74 Bairro da estação 1ª fase, Fonte: Google Earth

A primeira fase do Bairro da Estação iniciou-se em 1955. Caracteriza-se por um quarteirão fechado de quinze lotes com logradouros no interior. Os blocos habitacionais apresentam três pisos, excepto num dos lotes que pela topografia do terreno apresenta mais um piso.

Numa primeira fase o bairro apresentava entradas que davam acesso ao interior dos logradouros mas posteriormente foram fechados. (fig. 70)



Fig. 75 Pormenor das barreiras que impedem a entrada no quarteirão, Fonte: Paula Abreu

A primeira fase do bairro da Estação é constituída por oitenta e três fogos e oito lojas.

O quarteirão é constituído por lotes, cada um desses lotes com tipologias diferentes. A nível interior dentro dos lotes surge uma escadaria e as casas distribuem-se no sentido esquerdo direito.

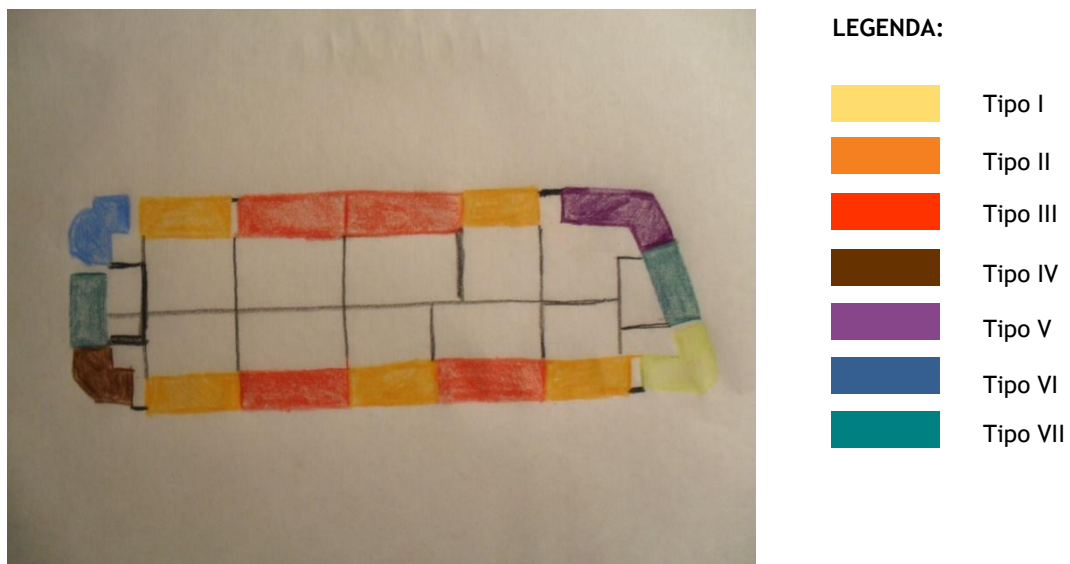


Fig. 76 Identificação dos diferentes tipos de blocos de habitação,
Fonte: Paula Abreu

Tipo I

Os edifícios do tipo I encontram se inseridos no bloco com 4 pisos, apresentam 4 e 5 quartos em 8 fogos (quatro casas com quatro quartos e outras quarto com cinco quartos), com uma cozinha, duas casas de banho e uma sala.

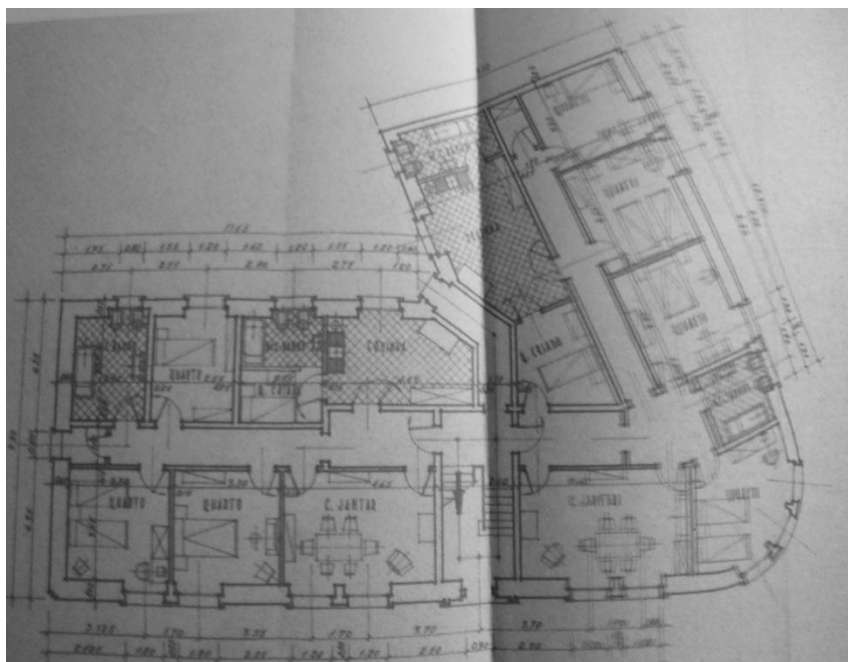


Fig. 77 Planta do piso térreo dos blocos do tipo I, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

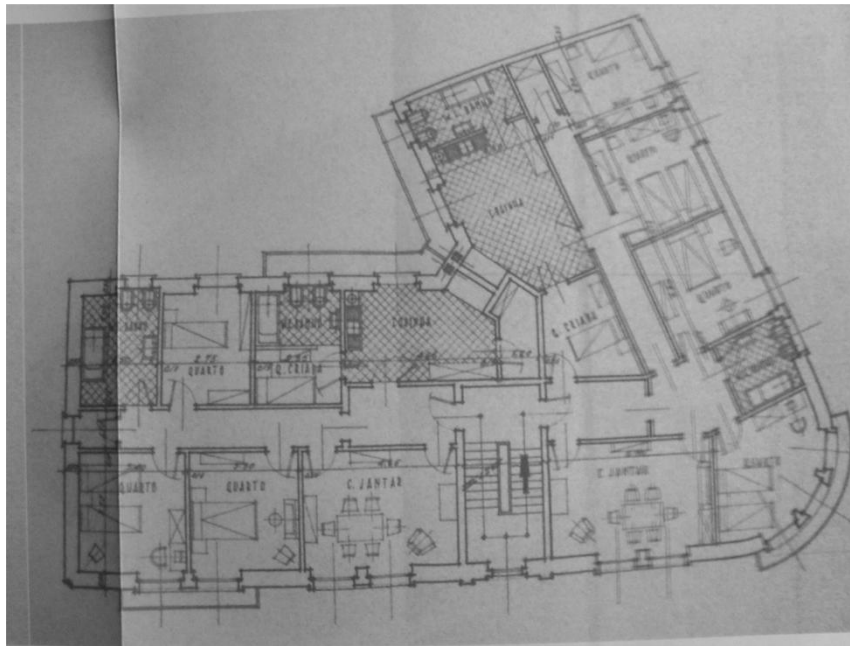


Fig. 78 Planta dos restantes pisos superiores dos blocos do tipo I, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

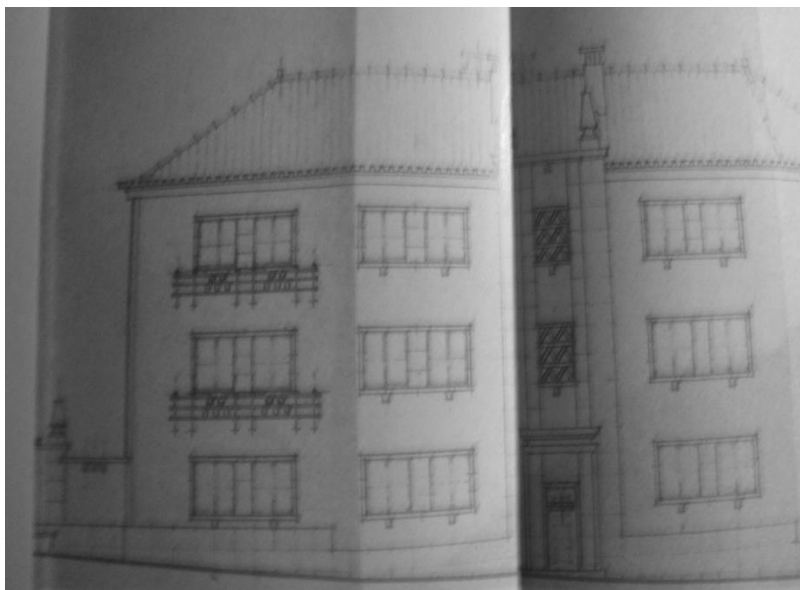


Fig. 79 Alçado dos blocos do tipo I, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

Tipo II

Os edifícios do tipo II apresentam uma tipologia do tipo T3, com três quartos, uma cozinha, uma sala e uma casa de banho. Foram construídos seis fogos com estas características.

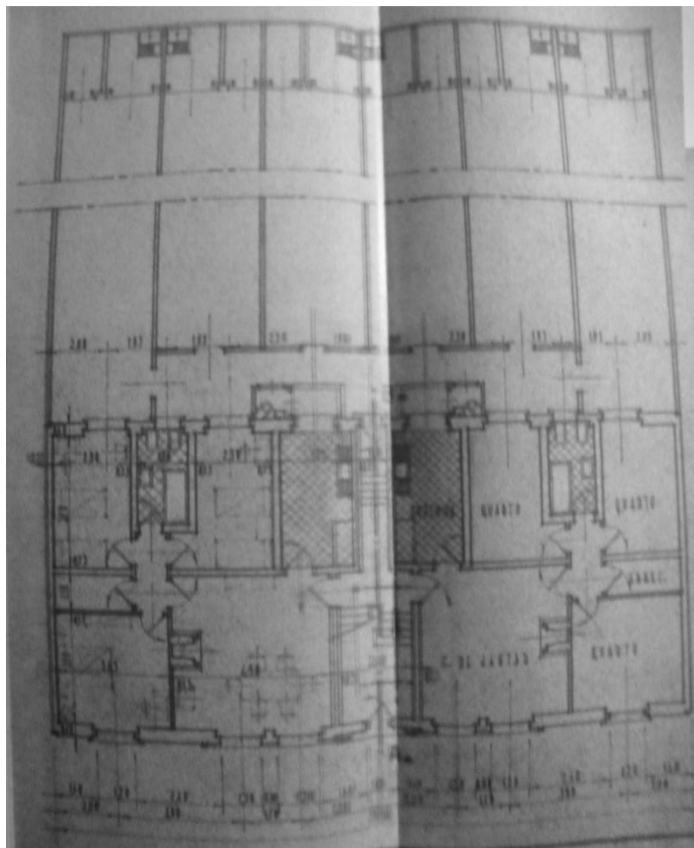


Fig. 80 Planta do piso térreo dos blocos do tipo II, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

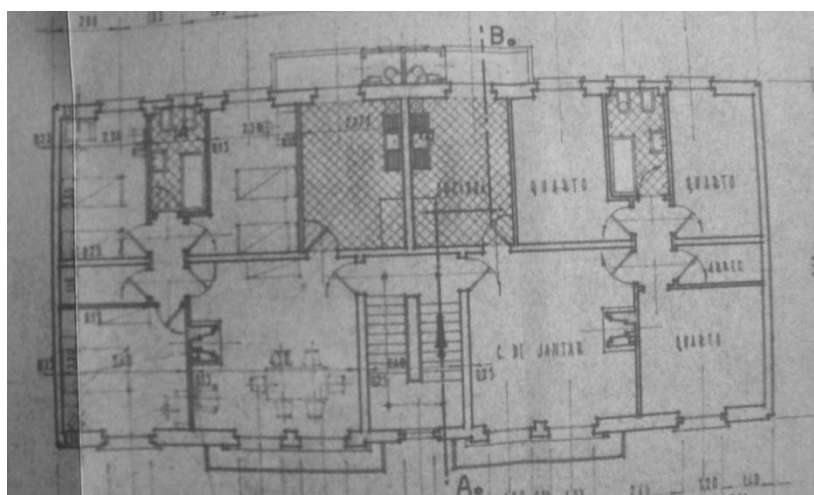


Fig. 81 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo II, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

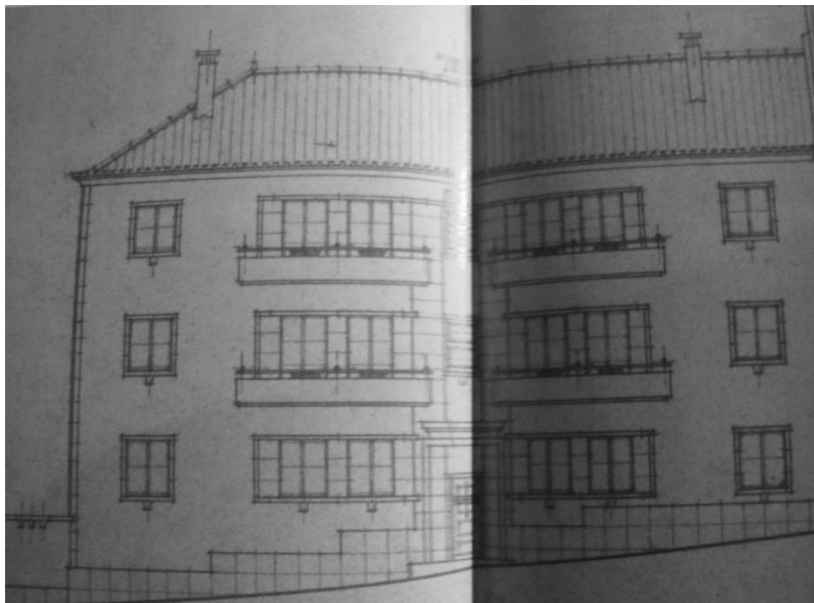


Fig. 82 Alçado dos blocos do tipo II, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

Tipo III

Os edifícios do tipo III apresentam uma tipologia do tipo T3, com três quartos, uma cozinha, uma sala e uma casa de banho. Foram construídos seis fogos com estas características.

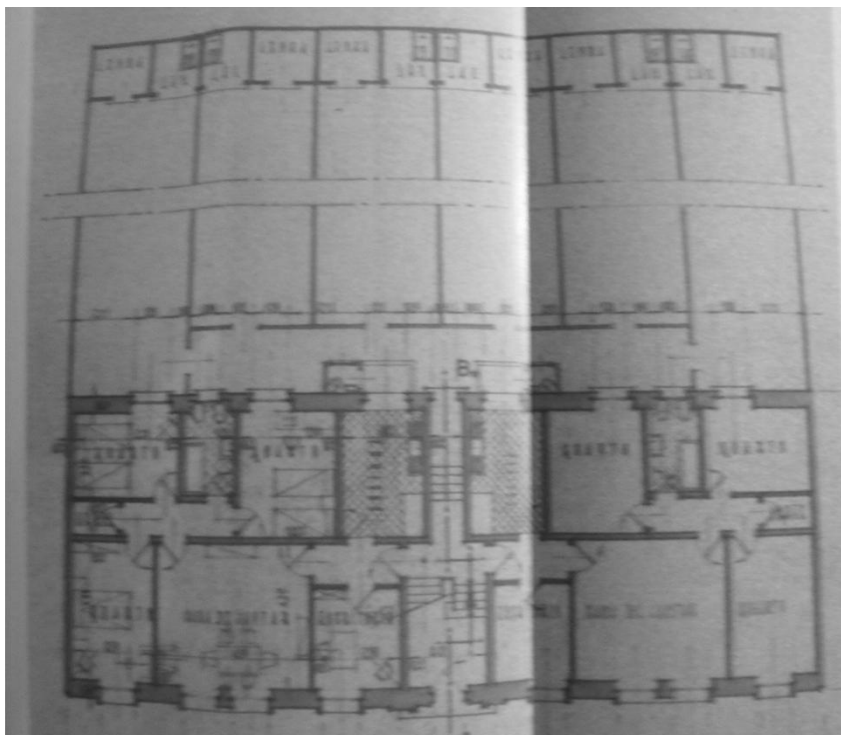


Fig. 83 Planta do piso térreo dos blocos do tipo III, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

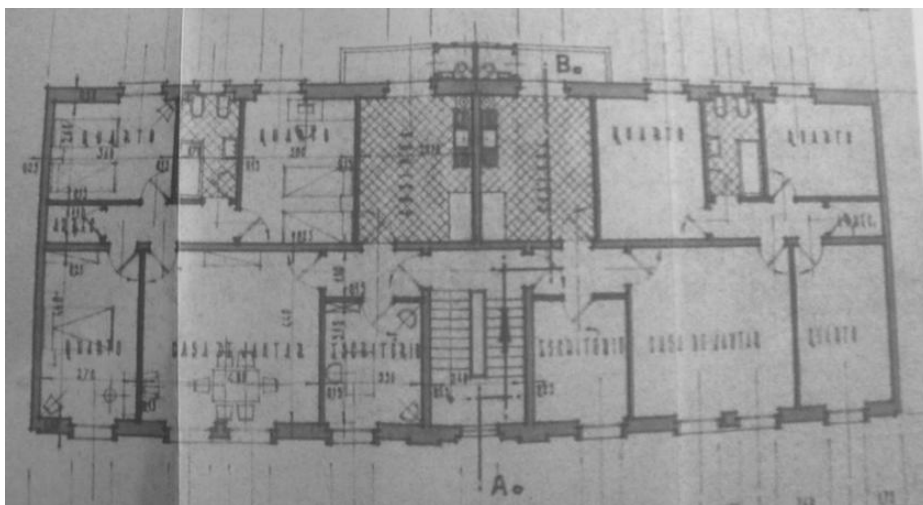


Fig. 84 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo III, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

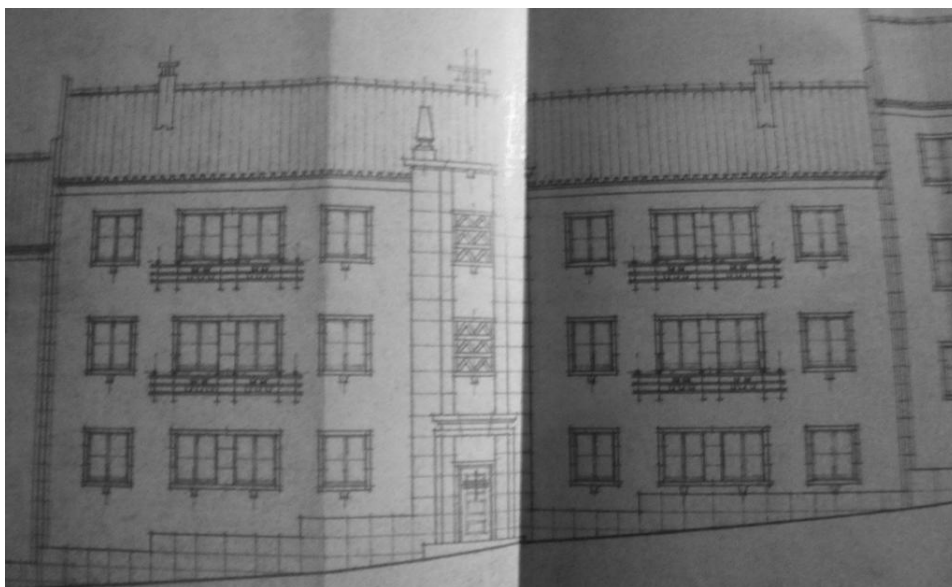


Fig. 85 Alçado dos blocos do tipo III, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

Tipo IV

Os edifícios do tipo IV apresentam uma tipologia do tipo T4, com quatro quartos, uma cozinha, uma sala e duas casas de banho. Construíram-se três habitações deste tipo, num único lote.

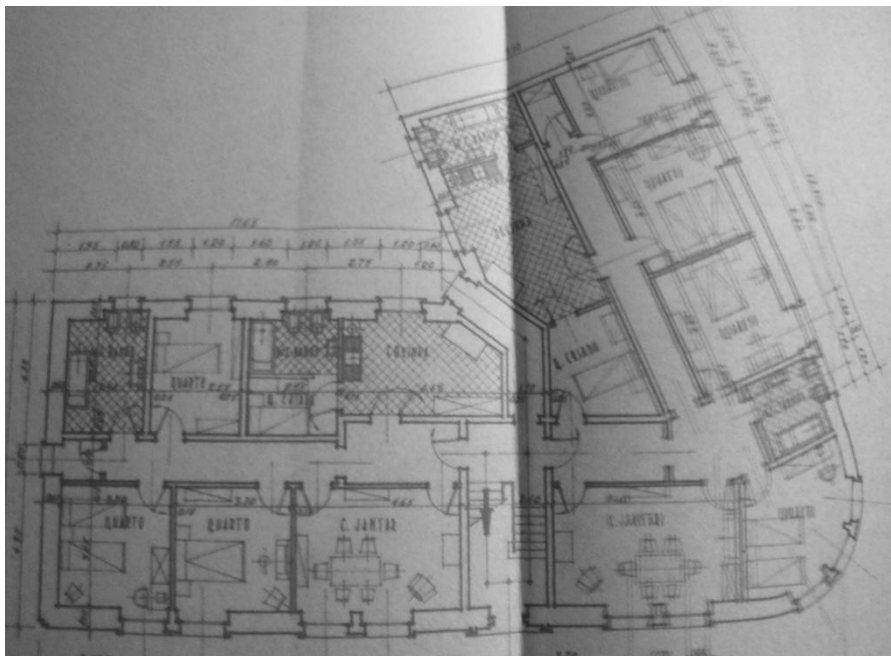


Fig. 86 Planta do piso térreo dos blocos do tipo IV, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

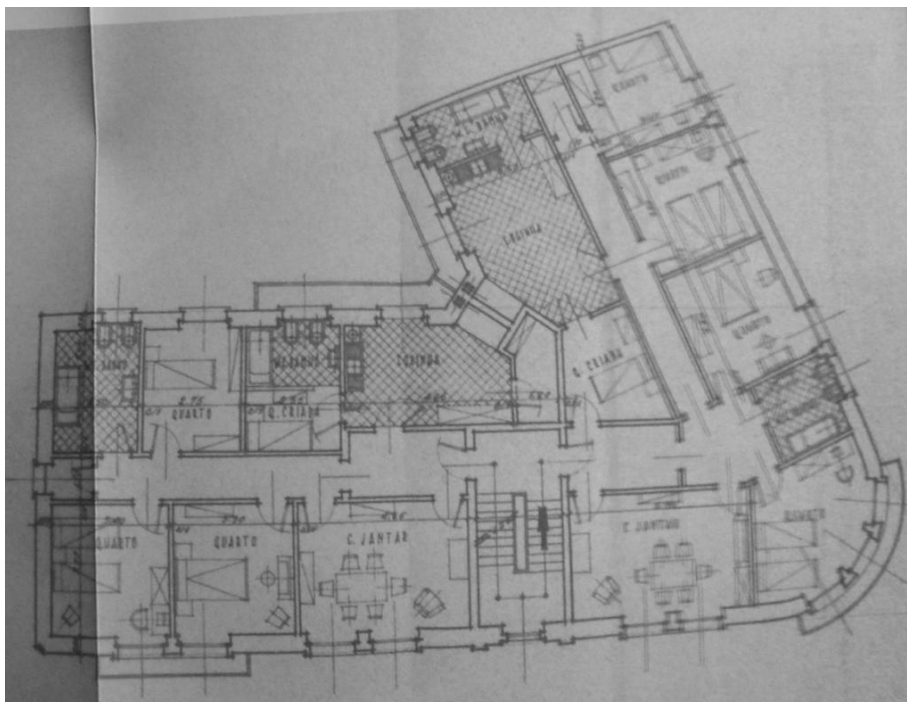


Fig. 87 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo IV, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

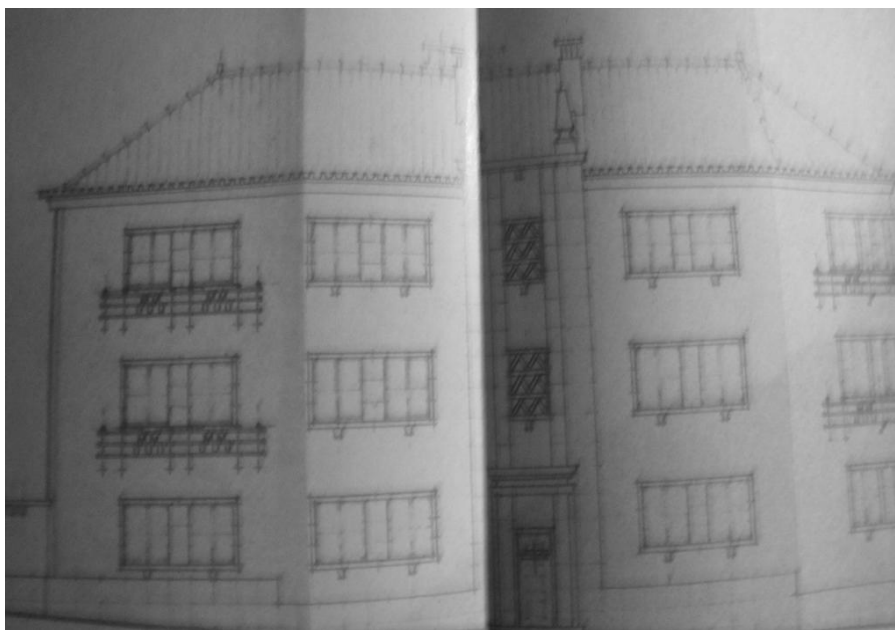


Fig. 88 Alçado dos blocos do tipo IV, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

Tipo V

Os edifícios do tipo V apresentam uma tipologia do tipo T4, as casas situadas à direita, com quatro quartos, uma cozinha, uma sala e duas casas de banho, e as casas situadas do lado esquerdo apresentam tipologia T5, com cinco quartos, uma sala, uma cozinha e duas casas de banho. Construíram-se sete habitações do tipo V.

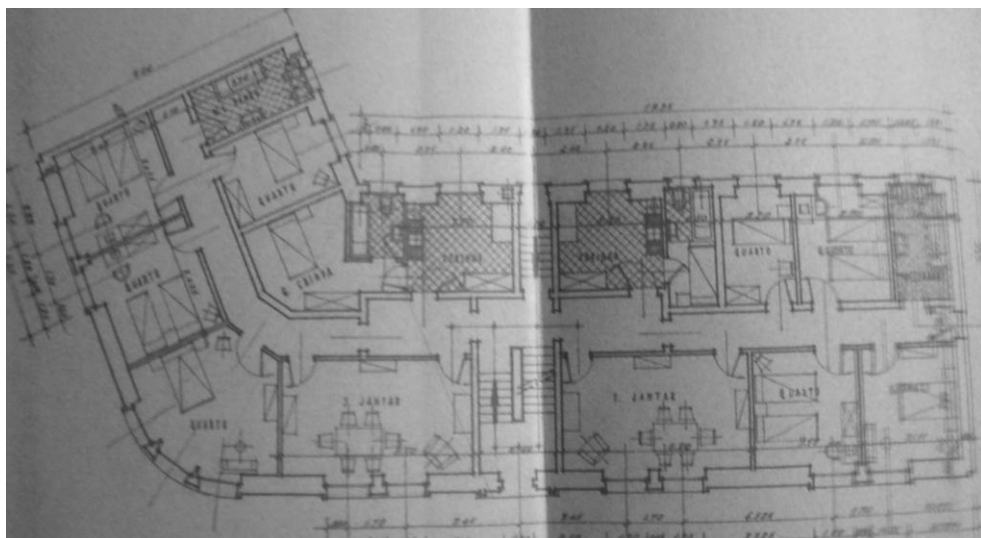


Fig. 89 Planta do piso térreo dos blocos do tipo V, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

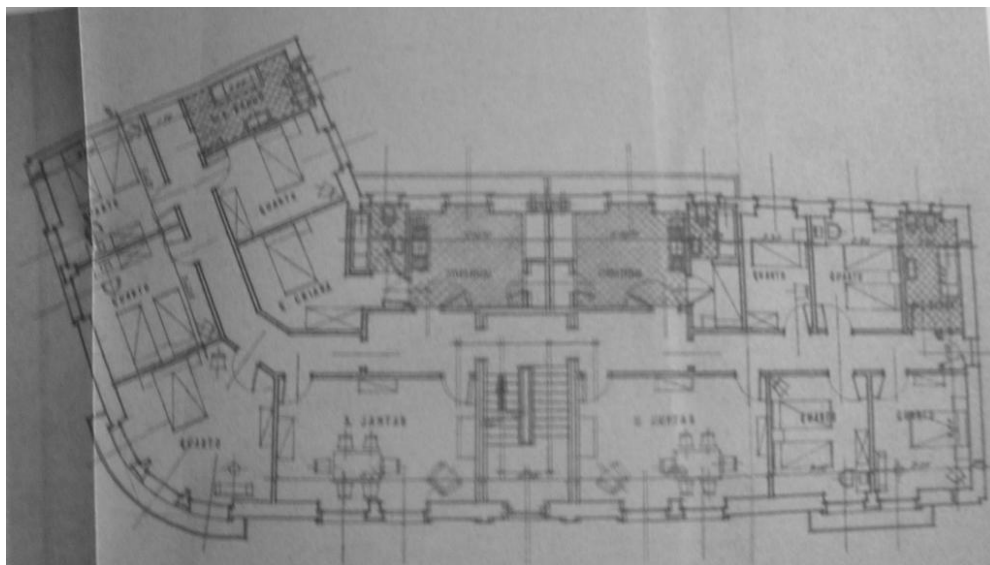


Fig. 90 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo V, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

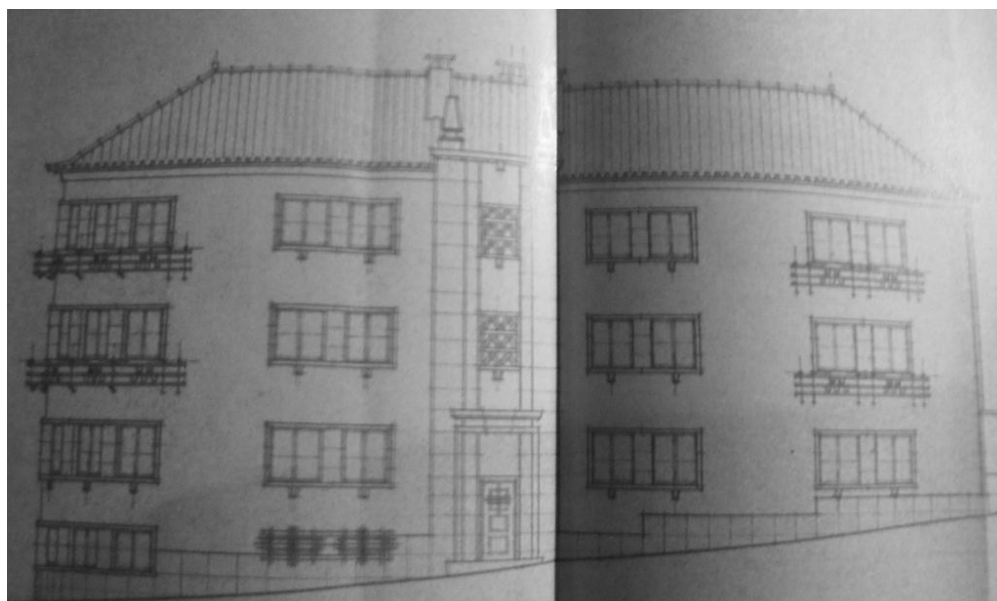


Fig. 91 Alçado dos blocos do tipo V, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

Tipo VI

Os edifícios deste tipo apresentam quatro quartos, uma sala, uma cozinha, e duas instalações sanitárias. Foram construídas três casas com estas características.

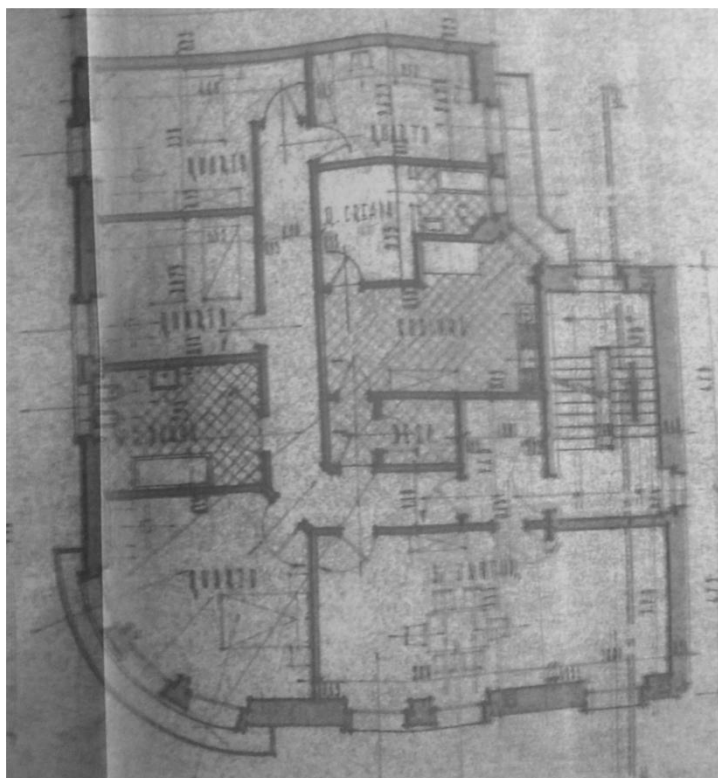


Fig. 92 Planta do piso térreo dos blocos do tipo VI, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

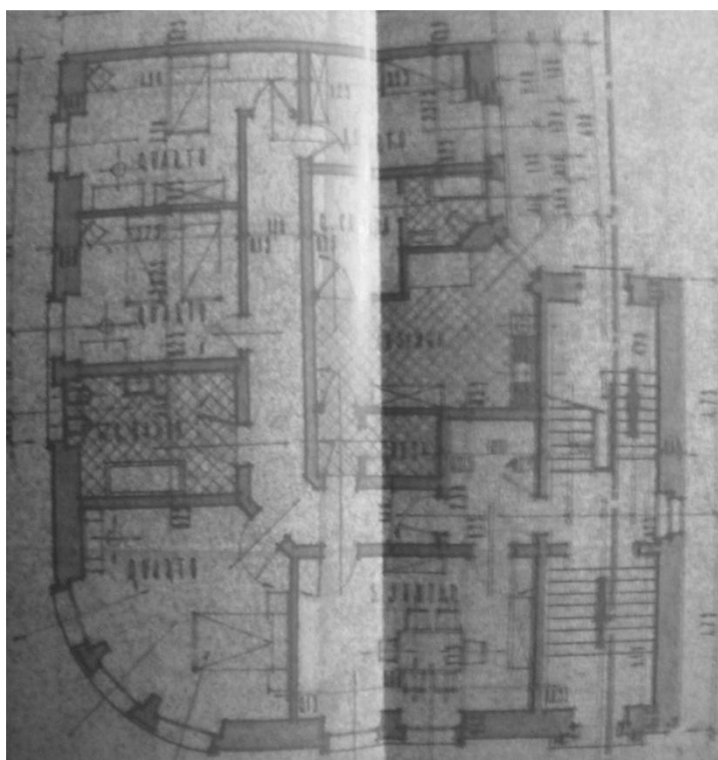


Fig. 93 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo VI, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

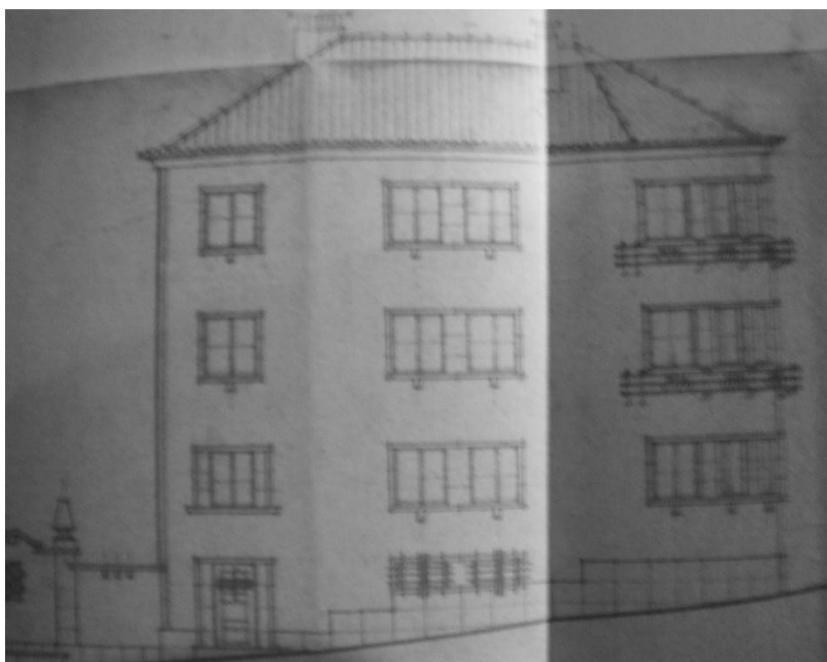


Fig. 94 Alçado dos blocos do tipo VI, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

Tipo VII

Os edifícios deste tipo apresentam tipologia do tipo T3. Apresenta três quartos, uma sala, uma casa de banho, uma cozinha e um espaço para arrumos. Foram construídos quatro casas com estas características. O piso térreo é destinado a lojas.

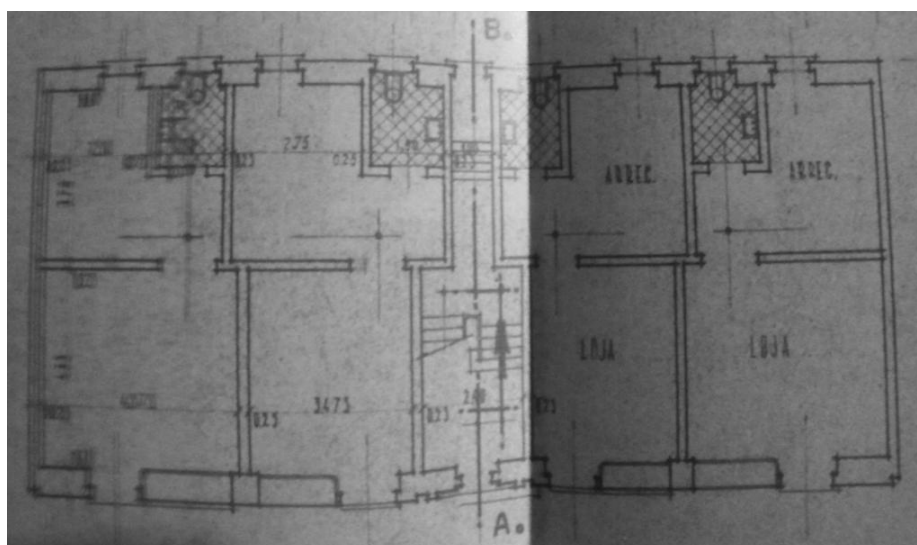


Fig. 95 Planta do piso térreo dos blocos do tipo VII, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

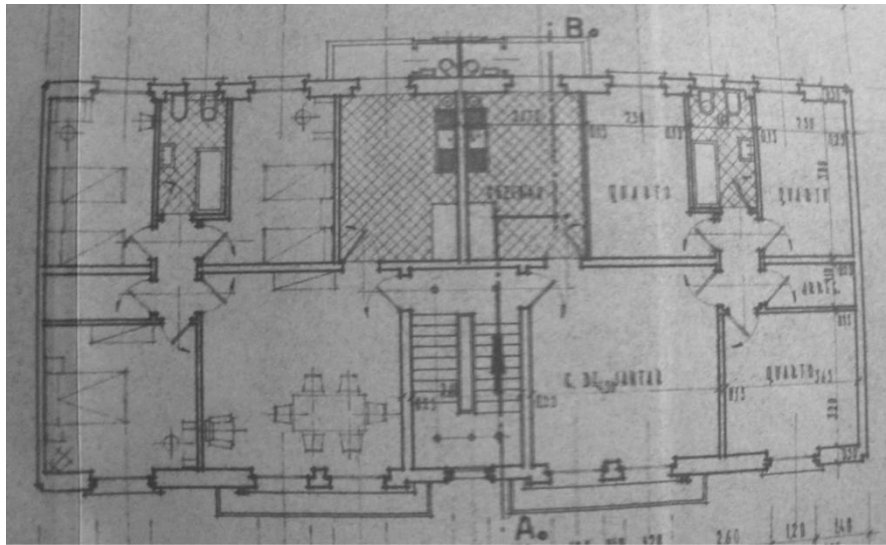


Fig. 96 Planta dos pisos superiores dos blocos do tipo VII, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral

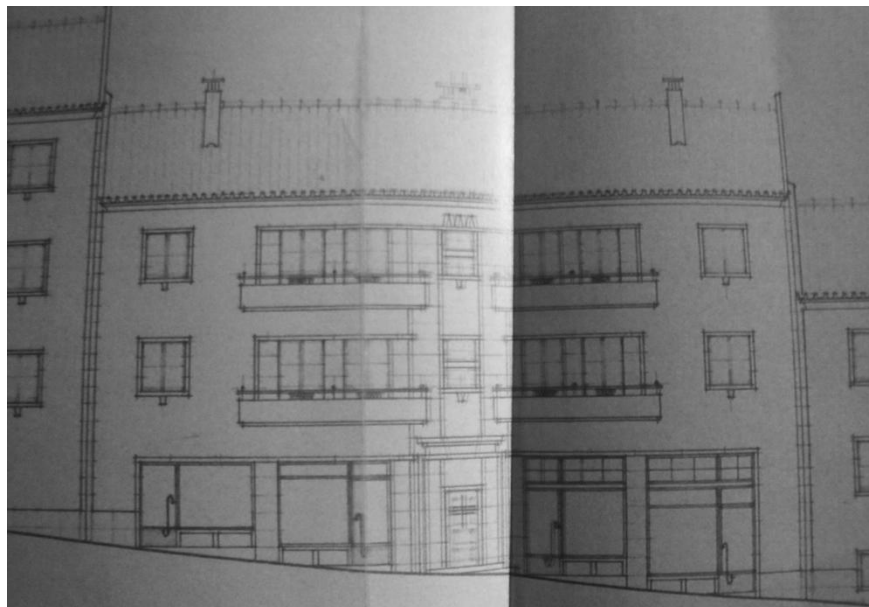


Fig. 97 Alçado dos blocos do tipo VII, Fonte: ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral



Fig. 98 Bairro da Estação - 1ª fase, vista da entrada.
Fonte: Paula Abreu



Fig. 100 Bairro da Estação - 1ª fase, vista geral da fachada. Fonte: Paula Abreu



Fig. 99 Bairro da Estação - 1ª fase pormenor da fachada. Fonte: Paula Abreu

5.3.2 O bairro da Estação - 2ª Fase



Fig. 101 Identificação do Bairro da Estação - 2ª fase. Fonte: Google Earth

A segunda fase do Bairro da Estação caracteriza-se por blocos de habitação colectiva, isolados.

Inicialmente tinham sido projectados onze blocos, contudo apenas se construíram seis, com quatro pisos. Estes seis blocos foram construídos em banda de dois edifícios. Os blocos estão inseridos numa área que foi bastante arborizada, a área de maiores espaços verdes do Bairro da Estação. Não foi possível obter informação sobre as tipologias interiores do edifício.

O acesso ao edifício é feito por uma escadaria exterior e é possível verificar pelas pequenas janelas a existência de cave.



Fig. 103 Bairro da Estação - 2ª fase, Fonte: Paula Abreu



Fig. 102 Pormenor de escadaria de entrada, Fonte: Paula Abreu



Fig. 104 Alçado Posterior, Fonte: Paula Abreu



Fig. 105 Pormenor de entrada, Fonte: Paula Abreu

5.3.2 O bairro da Estação - 3ª Fase



Fig. 106 Identificação da 3ª fase, Fonte: Paula Abreu

A terceira fase do Bairro da Estação iniciou-se em 1963. Este bairro caracteriza-se por blocos de habitação colectiva organizados em banda (de três e quatro blocos) excepto dois blocos que se encontram isolados.

A forma como os edifícios foram implantados torna o espaço mais dinâmico. Os blocos dos edifícios apresentam uma altura de quatro andares com tipologias T2 e T3 em todos os andares. Cada habitação é constituída por dois ou três quartos (T2 e T3, respectivamente), uma sala, uma cozinha, uma despensa e uma casa de banho.

O acesso aos pisos superiores é feito por uma escadaria interior, cuja caixa de escadas foi projectada aberta para permitir uma maior ventilação.

Um facto curioso observado neste bairro é a apropriação do espaço público que os moradores fazem, nomeadamente dos corredores interiores devido, provavelmente ao reduzido espaço interior das suas habitações.

O terreno no interior do quarteirão permite a passagem pedonal e a construção de rampas permite também o acesso de carros onde se encontra um local de estacionamento para os moradores.

O interior deste quarteirão estava inicialmente previsto, como consta na memória descritiva, a construção de um parque infantil, contudo o mesmo não foi construído. No centro do quarteirão, onde até há pouco tempo se encontrava uma igreja pré-fabricada, encontra-se agora um espaço verde rodeado de bancos de jardim.

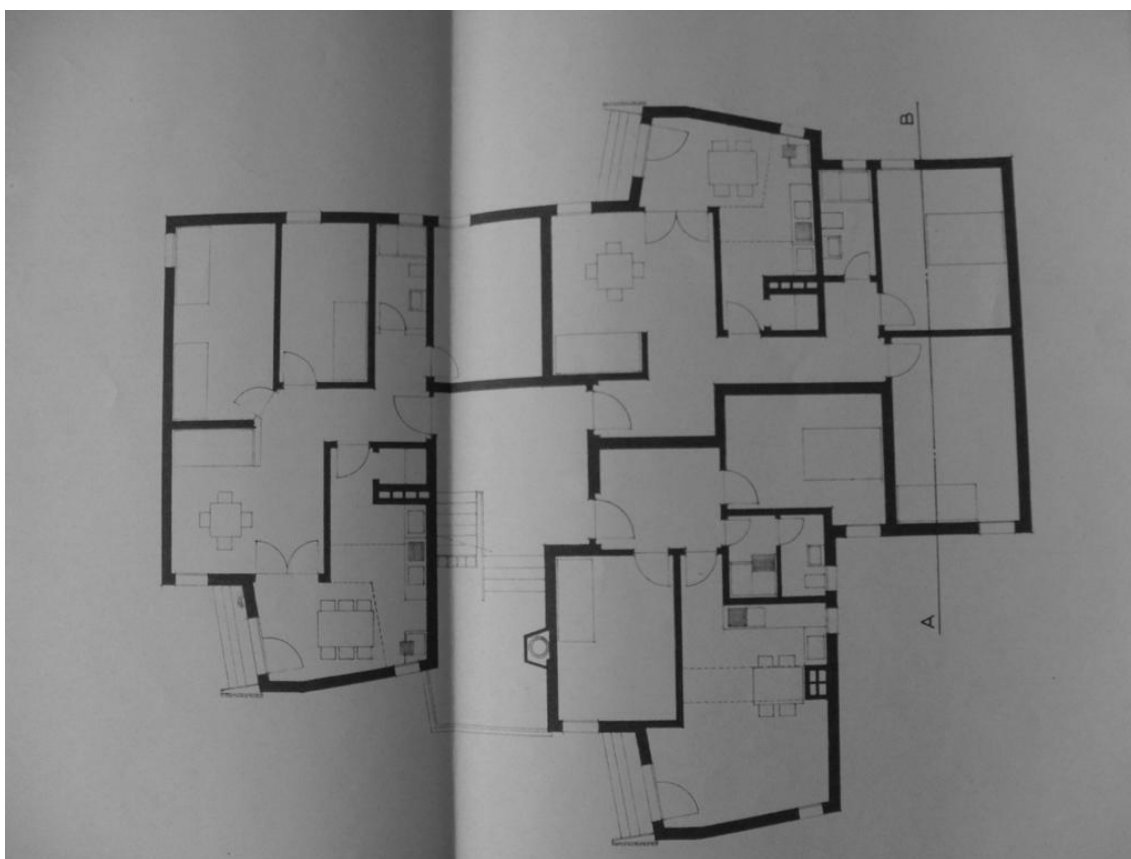


Fig. 107 Planta piso 0, Fonte: Arquivo Municipal

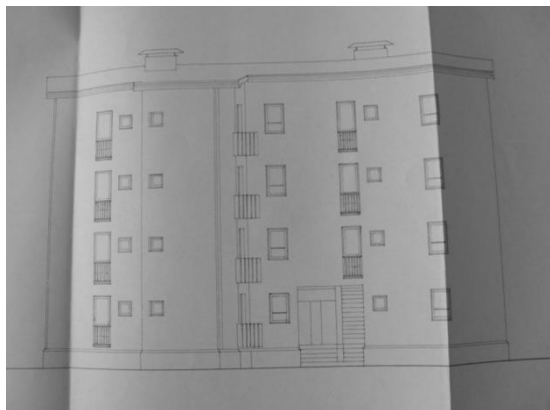


Fig. 108 Alçado, Fonte: Arquivo Municipal

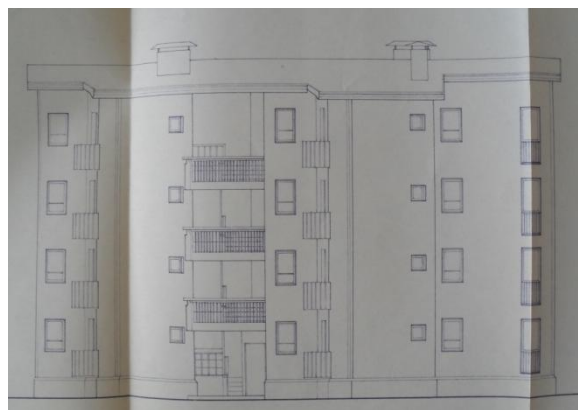


Fig. 109 Alçado, Fonte: Arquivo Municipal

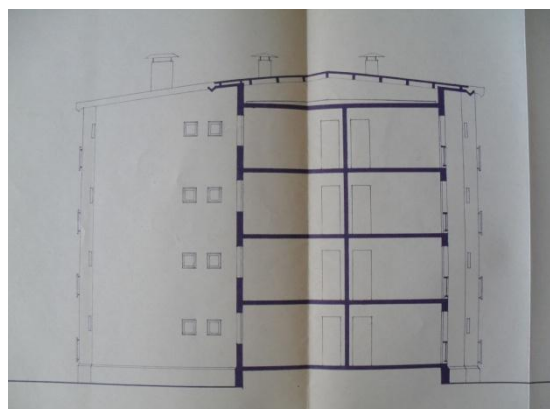


Fig. 110 Cortes, Fonte: Arquivo Municipal

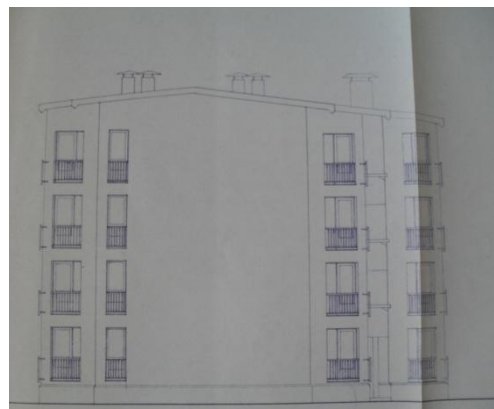


Fig. 111 Alçado, Fonte: Arquivo Municipal



Fig. 113 Bairro da Estação 3ª fase, Fonte: Paula Abreu



Fig. 112 Bairro da Estação, vista do interior do quarteirão. Fonte: Paula Abreu



Fig. 115 Bairro da Estação, vista geral, Fonte Paula Abreu



Fig. 114 Bairro da Estação 3ª fase. Fonte: Paula Abreu



Fig. 116 Bairro da Estação 3ª fase - Entrada principal, Fonte: Paula Abreu

5.3.3 O Bairro no contexto urbano

O bairro da Estação é o bairro cujas fases são as mais heterogénias na cidade, que pela integração no terreno, quer pela linguagem arquitectónica. Os três quarteirões apresentam-se bastante diferentes entre si.

O bairro apresenta bons acessos aos três quarteirões, e permitem a circulação quer pedonal, quer de trânsito.

A sua organização e disposição dos blocos encontra-se adaptada à topografia do terreno.

O bairro distancia-se do centro da cidade, e encontra-se próximo de equipamentos que entretanto foram nascendo à sua volta. Assim o bairro da estação é um espaço quase que exclusivamente habitacional, numa área envolta de equipamentos, como as escolas, a biblioteca municipal e prisão e o tribunal.

6. Comparação dos restantes bairros da cidade da Covilhã da mesma época com os bairros inseridos nos programas habitacionais do Estado Novo

6.1 Identificação dos Bairros



Fig. 117 Identificação dos bairros sociais, Fonte: Google Earth

B3- Bairro Municipal, B4 - Bairro do Património, B5 - Bairro da Alegria, B6 - Bairro do Rodrigo,
B7 - Bairro da Biquinha, B8 - Bairro 1º de Maio

6.2 O Bairro Municipal (B3)

O Bairro Municipal foi o primeiro bairro social para famílias operárias a ser construído na Covilhã em 1925. Situa-se a noroeste do centro da cidade junto à ribeira da Carpinteira. Este bairro era constituído por moradias quatro tipos de classes A, B, C e D de acordo com o número de quartos.

Ao longo do tempo o bairro tem sofrido de transformações assim como as moradias que também se têm alterado com o tempo, mantendo o número de pisos inicial - 1, 2 e 3 pisos.

6.3 O Bairro do Património (B4)

O Bairro do Património está situado a noroeste do centro da cidade, próximo do bairro da Biquinha e do Bairro 1º de Maio. O bairro situa-se distante do centro da cidade e tem bons acessos.

Este bairro foi construído pela iniciativa de privados com o nome de “Património dos Pobres da Covilhã”

O bairro caracteriza-se pela construção de moradias unifamiliares de um só piso, geminadas. As moradias encontram-se alinhadas criando na frente um corredor de acesso. Todas as moradias dispõem de logradouro. No interior, todas as moradias são compostas por dois quartos, uma sala, uma cozinha e uma casa de banho.



Fig. 118 Bairro do Património, Fonte: Paula Abreu



Fig. 119 Bairro do Património - Arruamento e logradouro, Fonte: Paula Abreu

6.4 O Bairro da Alegria (B5)

O bairro da Alegria foi construído entre 1938 e 1940 e está implantado na encosta virada a sul próximo à ribeira da Degoldra. Este é o bairro que se encontra mais próximo do centro da cidade. O acesso ao bairro é feito por uma rua íngreme que vai até à primeira rua de casas. O acesso às restantes casas é feito por uma escadaria.

É um bairro constituído por moradias unifamiliares dispostas em banda. O seu acesso foi feito através de uma escadaria. E a sua disposição em banda cria corredores de acesso que na fase inicial de construção eram cobertos por latadas. Cada moradia tem um pequeno quintal na frente. Próximo das moradias existe uma pequena fonte e espaços com bancos para convívio dos moradores.

O interior da casa é composto por dois quartos, uma casa de banho, uma cozinha e uma sala. Na construção inicial a cozinha e a sala fundiam-se numa única divisão. No total cada moradia tinha aproximadamente 20 m².



Fig. 120 Bairro da Alegria, vista geral, Fonte: Paula Abreu



Fig. 121 Bairro da Alegria, fachada principal, Fonte: Paula Abreu



Fig. 123 Bairro da Alegria, espaço de lazer, fonte, Fonte: Paula Abreu



Fig. 122 Bairro da Alegria, horta, Fonte: Paula Abreu

6.6 O Bairro do Rodrigo (B6)

O Bairro do Rodrigo foi construído entre 1948 e 1951, situado a este do centro da cidade. Este bairro encontra-se na parte mais baixa da cidade.

A construção deste bairro foi promovida pela Federação Nacional da Caixa de Previdência dos Lanifícios.

Não foi possível obter informação sobre a tipologia interior pelo que se analisará apenas o exterior das construções.

O bairro desenvolve-se ao longo de uma escadaria que se encontra perpendicular à implantação da escola. Todo o bairro é formado a partir da escola que definirá e a organização do bairro.

Relativamente às moradias, estas são moradias unifamiliares geminadas e algumas estão organizadas em banda, de dois pisos. As moradias construções caiadas de branco, com peitoris de granito nas janelas, cobertura em telha portuguesa. Nas portas de entrada encontram-se em algumas das moradias um pequeno telhado para protecção das condições meteorológicas.

Todas as moradias têm logradouro, registando-se naqueles que são utilizados para hortas, a construção de pequenos anexos.



Fig. 124 Bairro do Rodrigo, vista geral. Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

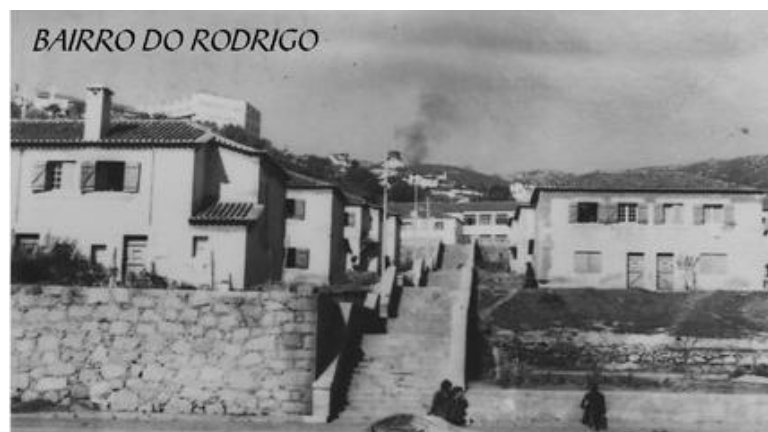


Fig. 125 Bairro do Rodrigo, vista geral da escadaria. Fonte: <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>



Fig. 126 Escola do bairro. Fonte: Paula Abreu



Fig. 127 Igreja do bairro. Fonte: Paula Abreu



Fig. 128 Logradouro. Fonte: Paula Abreu



Fig. 129 Moradias dispostas em banda. Fonte: Paula Abreu

6.7 O Bairro da Biquinha (B7)

O bairro da Biquinha localiza-se a noroeste do centro da cidade próximo ao bairro 1º de Maio e ao estádio Santos Pinto. A construção do bairro iniciou-se em 1964. Este bairro encontra-se, tal como o bairro vizinho, o bairro do Património, distante do centro da cidade.

O bairro foi construído em duas fases: a primeira fase foram construídas moradias unifamiliares de dois pisos, distribuídas em banda. Todas as moradias contêm logradouro e a tipologia entrada foi T3, com três quartos, uma cozinha, duas casas de banho, uma sala e um pequeno hall onde se encontram os acessos ao piso superior. A segunda fase é constituída por um bloco de habitação colectiva de três pisos.



Fig. 130 Bairro da Biquinha - 1ª fase, Fonte Paula Abreu



Fig. 132 Bairro da Biquinha - 1ª fase, Fonte Paula Abreu



Fig. 131 Bairro da Biquinha - 1ª fase, Fonte Paula Abreu



Fig. 133 Bairro da Biquinha - 2ª fase, Fonte Paula Abreu



Fig. 134 Bairro da Biquinha - 2ª fase, Fonte Paula Abreu

6.8 O Bairro 1º de Maio (B8)

O bairro 1º de Maio localiza-se a noroeste do centro da cidade próximo ao Bairro da Biquinha e ao estádio Santos Pinto e foi construído em 1976.

É um bairro de dez moradias unifamiliares de um só piso. As moradias são constituídas por dois quartos, uma sala, uma casa de banho e uma cozinha. A área das moradias é de aproximadamente 35 m².

Todas as moradias possuem logradouro.



Fig. 136 Bairro 1º de Maio. Fonte: Paula Abreu



Fig. 135 Bairro 1º de Maio. Fonte: Paula Abreu

6.9 Conclusões

Após a análise e comparação dos bairros inseridos nos programas habitacionais promovidos pelo Estado Novo, com os bairros sociais na cidade da Covilhã pode-se constatar que os bairros apresentavam tipologias diferentes. Em certos casos para além das diferentes tipologias encontraram-se habitações com classes diferentes. No que se refere às tipologias, a tipologia mais usual, ou seja, aquela que se verificou mais vezes foi a tipologia T3 nos bairros promovidos pelo Estado Novo e T2 nos restantes bairros sociais. As dimensões das divisões encontradas são dimensões reduzidas comparativamente as construções actuais.

No que concerne à integração dos bairros no contexto urbano, os bairros promovidos pelo Estado Novo foram bairros construídos em terrenos distantes do centro da cidade e cujas construções vizinhas eram apenas pequenas quintas, pelo que a cidade foi se estendendo e crescendo à volta destes bairros. Contudo verificou-se a preocupação da disposição dos lotes de terreno em função da topografia inicial do terreno e a orientação solar.

Relativamente à disposição dos edifícios as soluções adoptadas pelos bairros inseridos nos Programas habitacionais não diferem em muito das soluções adoptadas pelos restantes bairros da cidade. A opção por edifícios dispostos em banda foi a mais adoptada excepto no caso do Bairro dos Penedos Altos cuja opção por moradias geminadas era a solução que o programa habitacional promovia.

7. Comparação dos Bairros de Habitação Económica promovida pelo Estado Novo na Covilhã com bairros semelhantes realizados em Portugal.

O programa das Casas Económicas e o programa das Casas de Renda Limitada, como se viu, foram programas lançados em várias cidades do país cujo problema da habitação de famílias carenciadas era um facto. Foram desenvolvidos projectos - tipo de cada um dos programas.



Fig. 137 Bairro Madre Deus.
Fonte: MARQUES, Inês Maria
Andrade



Fig. 138 Fig. 139 Bairro
Madre Deus. Fonte:
MARQUES, Inês Maria
Andrade



Fig. 140 Bairro de Casas Económicas
Figueira da Foz, Fonte: Monografia da
Habitação Económica



Fig. 141 Alçado Principal, Fonte: Monografia
da Habitação Económica

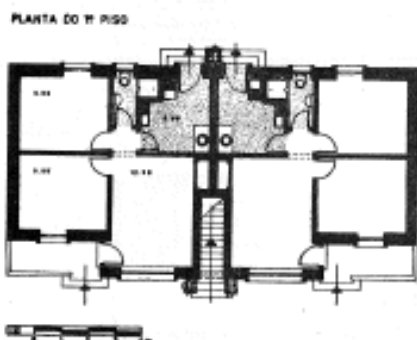


Fig. 143 Planta do piso térreo, Fonte:
Monografia da Habitação Económica

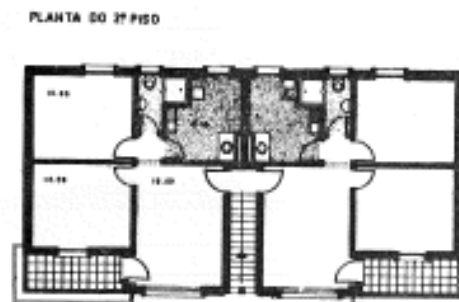


Fig. 142 Planta do 1º piso, Fonte: Monografia
da Habitação Económica



Fig. 144 Bairro de Casas de Renda Económicas - Coimbra, Fonte: Monografia da Habitação Económica



Fig. 145 Alçado Principal, Fonte: Monografia da Habitação Económica

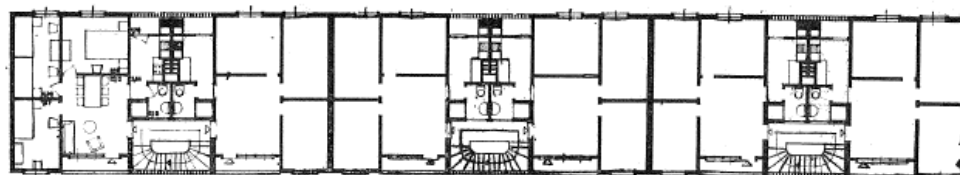
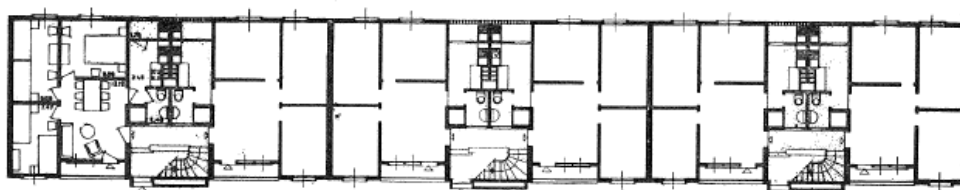


Fig. 146 Planta do piso térreo e piso 1, Fonte: Monografia da Habitação Económica



Fig. 147 Bairro de Casas Económicas em Barcelos, Fonte: www.infohabitar.blogspot.com

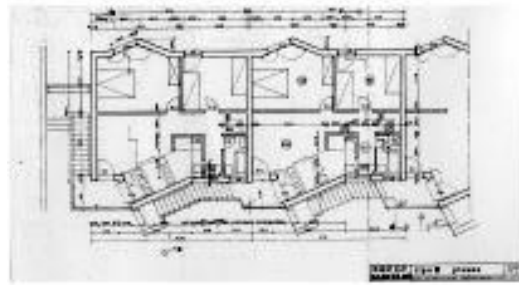


Fig. 148 Bairro de Casas Económicas em Barcelos - Planta, Fonte: www.infohabitar.blogspot.com



Fig. 149 Bairro das Estacas, fonte: <http://alvalade.no.sapo.pt>



Fig. 150 Bairro das Estacas, Implantação, fonte: <http://abraxas-tipologias.blogspot.com>

7.1 Conclusões

Os programas habitacionais do Estado Novo, foram programas de construção de habitação que foram desenvolvidos em todo o país.

A Covilhã foi uma das cidades em que estes programas foram desenvolvidos.

Feita uma análise comparativa entre as construções desenvolvidas na Covilhã com as que se fazia no resto do país foi possível verificar semelhanças. O bairro dos Penedos Altos foi um bairro - tipo desenvolvido em vários pontos do país. Daí que as semelhanças entre este bairro e o bairro Madre Deus em Lisboa são bastante evidentes (fig.133 e 134).

Em vários casos constatou-se a existência de casas atribuídas por classes. No que se refere às tipologias foram encontradas tipologias que vão desde o T1 ao T5. A tipologia aqui diverge um pouco em cada programa. Enquanto, no Programa das Casa Económicas a tipologia mais usada foi a tipologia seria o T2 no Programa das Casas de Renda Económica as Tipologias mais usuais seriam o T3 e o T4. Também no que se refere aos edifícios os dois programas divergem. O Programa das Casas Económicas apresenta as moradias geminadas com logradouro para horta, que não ultrapassa os dois pisos de altura, como solução ideal, enquanto o Programa das Casas de Renda Económica defende a construção de blocos de habitação colectiva que vai até aos quatro pisos de altura.

8. Considerações finais

Os programas de habitação do Estado Novo foram programas lançados tendo como objectivo procurar resolver a carência de habitação que se vinha a sentir já desde o final do séc. XIX nos principais meios urbanos do país. Pela primeira vez na história o Estado assume a responsabilidade de construção de habitação para as famílias mais carenciadas, procurando oferecer habitações condignas, com melhores condições. Esta iniciativa do governo salazarista tornou-se pioneira em Portugal, que não se baseava apenas na construção de habitações dispostas ao acaso. As habitações eram inseridas em planos de urbanização, sobretudo em Lisboa. Havia, de facto, o cuidado de construir aplicando conhecimentos de planeamento. Relativamente às construções, estas inserem-se no Movimento Moderno, e são projectados projectos-tipo que se irão construir em todo o país.

A cidade da Covilhã foi uma das cidades portuguesas onde os programas - das Casas Económicas e da Renda Económica - se realizaram.

Como se pode constatar, estes bairros construídos para as famílias operárias foram bairros construídos em zonas afastadas do centro da cidade. Mas não só os bairros promovidos pelo estado. De uma forma geral, quase todos os bairros sociais da cidade se encontram na periferia da cidade, ou porque os terrenos eram mais baratos ou porque também seria melhor afastar as classes menos favorecidas do centro da cidade onde viviam as classes mais abastadas. Este afastamento dos bairros é ainda hoje sentido, como foi anteriormente referido, na linguagem dos seus moradores quando dizem que vão à cidade, querendo se referir que vão ao centro da cidade.

Do ponto de vista do planeamento urbanístico foi possível verificar que houve uma preocupação na distribuição dos lotes e na construção de arruamentos e áreas ajardinadas. Esta preocupação verificou-se ser mais sentida nos bairros do Estado do que nos restantes bairros.

Relativamente à tipologia das habitações verificou-se a adopção predominante das tipologias T2e T3 nas Casas Económicas e nas Casas de Renda económica, respectivamente. Nos restantes bairros a tipologia mais adoptada foi a tipologia T2.

Um aspecto que se verificou também foi o facto de as dimensões das divisões das habitações, comparativamente à actualidade, serem bastante reduzidas. Nos dias de hoje, as famílias têm um numero bastante mais reduzido de filhos que antigamente, e seria impensável habitar numa habitação com dimensões tão reduzidas.

Bibliografia

“*Monografia da habitação económica: habitações para famílias pobres*”, Ministério das Obras Públicas, Direcção de Serviços de Urbanização, Gabinete de Estudos de Habitação, Lisboa, 1962.

AUGUSTO, Nuno Miguel, “Habitação social - da intenção de inserção à ampliação da exclusão”, IV Congresso Português de Sociologia.

BAPTISTA, Luís V., “Cidade e Habitação Social: o Estado Novo e o Programa das Casas Económicas em Lisboa”, Editora Celta

FERNANDES, Castro, Boletim do INTP, Ano XIV, nº 1, 14/6/1974: 187/188

GOITIA, Fernando Chueca, “Breve História da Urbanismo”, 7ª edição, Editorial Presença, 2008

FRANÇA, José Augusto, “A arte em Portugal no séc. XX (1911-1961)”, Bertrand Editora, Lisboa 1992

ISIDORO, Alcina, MAIA, Fernando, PEREIRA, Joaquim, PINHEIRO, Elisa e SIMÕES, Maurício, *Do Foral à Covilhã do século XIII*, edição da Associação de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural da Covilhã, Covilhã, 1988.

LAMAS, José M. Ressano Garcia, “Morfologia urbana e desenho da cidade”, textos universitários de ciências sócias e humanas, Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2ª edição, 2000.

LÔBO, Margarida Souza, *Planos de Urbanização. A Época de Duarte Pacheco*, Porto, FAUP, Publicações, 1995

MATOS, Fátima Loureiro de, “A habitação no grande Porto: uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio”, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2001

NUNES, Paulo Simões, “*História da Arte, 12º/ Ensino Secundário*”, Lisboa Editora, 2001

PACHECO, Duarte, “*A habitação em Portugal*”; Centro de Estudos de urbanismo e habitação, Lisboa 1963

PEREIRA, Nuno Teotónio, “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada de alojamento”, in *Análise Social*, nº 127, 1994

PEREIRA, Raul da Silva, “*Problemática da habitação em Portugal*”, Editorial Império, Lisboa, 1963.

TÁVORA, Fernando, “*Da organização do espaço*”, Ed. Da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Porto, 1999

TAVARES, Maria, “ Um percurso da Habitação em Portugal: o caso da Federação da Caixa de Previdência - Habitações Económicas”

TEIXEIRA, Manuel C. “ As estratégias de Habitação em Portugal, 1880- 1940”, in *Análise Social*, Vol, XXVII, nº 115, 1992

TOSTÕES, Ana Cristina dos Santos - “*Os Verdes Anos: Arquitectura Portuguesa nos Anos 50 ou o Movimento Moderno em Portugal*”. Porto: FAUP, 1997.

TOSTÕES, Ana Cristina dos Santos: “Construção moderna: as grandes mudanças do século XX”

TOSTÕES, Ana Cristina dos Santos - “ Arquitectura portuguesa do século XX”, in “Grandes Temas da Nossa História - História da arte portuguesa”, Direcção de Paulo Pereira, Volume 3, Circulo dos Leitores, 1995

Dissertações:

FREIRE, Margarida Maria Meirelles, “ *Aspectos de qualidade arquitectónica no Bairro da Estação 2ª fase, Covilhã*”, mestrado em Engenharia Civil - Construção apresentada ao departamento de Engenharia Civil e Arquitectura da Universidade da Beira Interior.

RODRIGUES, Inês Lima, “ *Quando a Habitação colectiva era moderna - Desde Portugal a outros territórios de expressão portuguesa, 1940-1974*”, Tese de Doutoramento, Departamento de Projectos Arquitectónicos, ESTAB, UCP, Janeiro de 2009

SIMÕES, Sofia Borges; “*Arquitectura em Portugal: uma leitura através da imprensa*”, dissertação de mestrado no âmbito do curso de especialização em Arquitectura, Território e Memória apresentada ao departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

SARAIVA, Luís Miguel Silva, “ *Os tipos de Habitação do Estado Novo*”, dissertação em mestrado em Teoria da Arquitectura apresentada ao departamento de Arquitectura da Universidade Lusíada de Lisboa, Lisboa, 1998

Trabalhos Académicos:

ZACARIAS, Cecília e Francisco Sobral, “Arquitectura Popular - Arquitectura Estado Novo”, trabalho académico realizado no âmbito da cadeira de História de Arquitectura, coordenada pelo Professor Michael Mathias

Outras Publicações:

MARQUES, Inês Maria Andrade, “A Sereia, a Varina e o Governador de Macau INTERVENÇÕES ARTÍSTICAS E ESPAÇO PÚBLICO NOS BAIROS DE CASAS ECONÓMICAS DE LISBOA”

“ Arquitectos e Políticos. A arquitectura institucional em Portugal nos anos 30” DC Papeles, Barcelona, Departamento de Arquitectura da Faculdade Arquitectónica UPC, Outubro 2005”

Internet:

<http://www2.ufp.pt>

http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20070514090956.pdf

www.wikipédia.pt

www.infohabitar.blospot.com

<http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

<http://historia-esfhp.blogspot.com/>

<http://caminhosdacovilha.wordpress.com>

<http://www.cm-covilha.pt>

JESUS, Paulo, in <http://cidadedacovilha.blogs.sapo.pt/>

SANTOS, Casimiro, “*Análise do Foral e Algumas Conclusões*”, in <http://historia-esfhp.blogspot.com>

PARDAL, Sidónio, “ A Baixa Pombalina - Um Marco na Planificação das Cidades”, Conferência realizada em Outubro de 2003, pela Câmara Municipal de Lisboa, in <http://www.sidoniopardal.com>

PINTO, Joaquim, “ O Bairro da Boavista”, <http://www.scribd.com/doc/26388478/Bairro-Da-Boavista>

Outros:

Arquivo da Câmara Municipal da Covilhã

Biblioteca Municipal da Covilhã

Apontamentos da Professora Ana Lúcia Virtudes, no âmbito da cadeira do 4º de Planeamento Urbano de Arquitectura da Universidade da Beira Interior